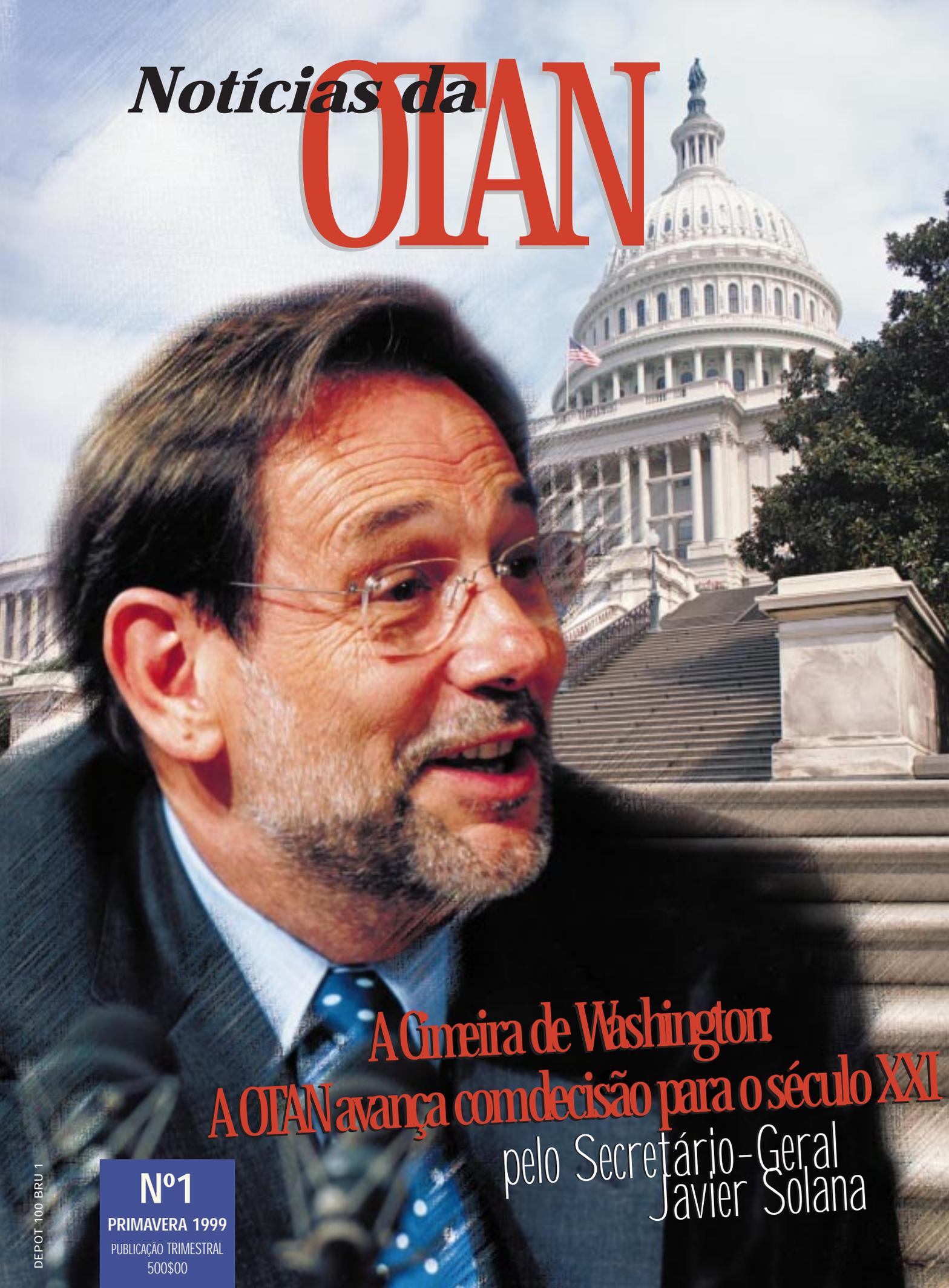


Notícias da **OTAN**



A Cimeira de Washington
A OTAN avança com decisão para o século XXI
pelo Secretário-Geral
Javier Solana

Nº1

PRIMAVERA 1999

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

500\$00

Javier Solana
3 A Cimeira de Washington: A OTAN avança com decisão para o século XXI

Jorge Domínguez
7 A Argentina, parceiro do Atlântico Sul da OTAN

Dick Zandee
10 Interação civil-militar nas operações de paz

Pol de Witte
14 Promover a estabilidade e a segurança no Sul do Cáucaso

Luc van der Laan
17 A cooperação OTAN-Rússia na defesa aérea

Capa: Estúdio Gráfico da OTAN
 (foto OTAN)



Documentação

- 18 Reunião ministerial do Conselho do Atlântico Norte, Bruxelas, 8 Dezembro
- 20 Declaração sobre a Bósnia-Herzegovina, Bruxelas, 8 Dezembro
- 21 Declaração sobre o Kosovo, Bruxelas, 8 Dezembro
- 21 Declaração sobre o CFE, Bruxelas, 8 Dezembro
- 23 Resumo feito pelo Presidente da reunião do Conselho de Parceria Euro-Atlântico, Bruxelas, 8 Dezembro
- 23 Plano de Acção actualizado do Conselho de Parceria Euro-Atlântico para 1998-2000
- 26 Declaração da Comissão OTAN-Ucrânia, Bruxelas, 9 Dezembro
- 27 Declaração do Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia, Bruxelas, 9 Dezembro
- 27 Reunião do Conselho do Atlântico Norte em sessão dos Ministros da Defesa, Bruxelas, 17 Dezembro
- 31 Despesas da defesa dos países da OTAN (1975-1998)

Índice 1998

- 34 Índice por revista
- 35 Índice por autor



Director: António Borges de Carvalho
 Chefe de Redacção: Keir Bonine
 Adjunto da Redacção: Vicki Nielsen
 Assistente de Produção: Felicity Breeze
 Maqueta: Estúdio Gráfico da OTAN
 Redacção, Propriedade e Edição:
 Bureau de l'Information et de la Presse de l'OTAN,
 1100 Bruxelles, Bélgica - Fax: (32-2) 707.4579
 E-Mail: DISTRIBUTION @ HQ.NATO.INT
 WWW em HTTP: //WWW.NATO.INT/

Publicada sob a autoridade do Secretário-Geral da OTAN, esta revista tem por finalidade contribuir para uma discussão construtiva dos problemas atlânticos. Portanto, os artigos nela publicados não representam necessariamente a opinião oficial ou a política dos governos membros da Organização.

ISSN 0255-3813

Os artigos podem ser reproduzidos depois de ter sido obtida autorização da Redacção e desde que se mencione a sua origem. A reprodução dos artigos assinados deve referir o nome do autor.

Os pedidos referentes a esta Revista devem ser dirigidos ao
 Bureau de l'Information et de la Presse de l'OTAN
 1110 Bruxelles - Bélgica
 ou à
 Comissão Portuguesa do Atlântico
 Av. Infante Santo, 42-6.
 1300 Lisboa
 Fax: 397 84 93 Tel: 390 59 57

Publicações da OTAN:
 O Bureau de l'Information et de la Presse da OTAN publica igualmente livros, brochuras e folhetos sobre assuntos referentes à OTAN. Abrangem entre outros: Referências e documentação sobre a OTAN;

Publicações económicas e científicas.
 Estas publicações existem todas em inglês e francês e algumas delas em outras línguas.

A Revista da OTAN é trimestralmente publicada em checo; inglês - NATO Review; francês - Revue de l'OTAN; alemão - NATO Brief; italiano - Rivista della NATO; dinamarquês - NATO Nyt; holandês - NAVO Kroniek; húngaro - NATO Tükör; espanhol - Revista de la OTAN; norueguês - NATO Nytt; grego - Deltio NATO; português - Notícias da OTAN; polaco - Przeglad NATO; turco - NATO Dergisi. É igualmente publicado um número por ano em islandês - NATO Fréttir e ocasionalmente são também publicados números em russo e ucraniano.

Publicação trimestral

Tiragem: 5000 exemplares

A Cimeira de Washington

A OTAN avança com decisão para o século XXI

Javier Solana

Secretário-Geral da OTAN e Presidente do Conselho do Atlântico Norte

Em Abril, os Chefes de Estado e de Governo da Aliança reunir-se-ão em Washington para comemorar um acontecimento histórico: o 50º aniversário da OTAN. Na mesma sala onde foi assinado o Tratado do Atlântico Norte, prestarão homenagem a um feito notabilíssimo: cinco décadas de manutenção da paz e da segurança na Europa. Mas a Cimeira não é só para comemorar feitos passados ou renovar promessas. É também para preparar o futuro. E para assegurar que a Aliança está preparada e dispõe dos meios para enfrentar os desafios em matéria de segurança dos próximos 50 anos – muitos dos quais serão de natureza e origem diferentes dos do passado. As decisões da Cimeira de Washington guiarão a evolução da Aliança no próximo século.

Um novo ambiente de segurança euro-atlântico

A segurança europeia mudou consideravelmente de aspecto durante os últimos dez anos e, sobretudo, para melhor. O muro ideológico que dividia a Europa desapareceu de vez e, a maior parte dos países da Europa Central e Oriental, vive uma transição notavelmente pacífica para a democracia, marcada por eleições livres e pelo primado do direito.

Contudo, apesar desta evolução muito positiva, mantêm-se os desafios à segurança europeia. Também assistimos a casos de conflitos de minorias e étnicos, de fluxos de refugiados e de violações sistemáticas dos direitos do homem. A proliferação das armas de destruição maciça e dos seus meios de lançamento também é uma preocupação crescente.

A partir de 1991, a OTAN tem estado a adaptar-se para enfrentar eficazmente estes novos desafios à segurança ajustando as suas estruturas internas e assumindo novas missões. Ao mesmo tempo, a Aliança tem estado a estabelecer relações de cooperação com vários países da Europa para ajudar a moldar o ambiente de segurança e criar um quadro de estabilidade em todo o continente. Todas estas adaptações serão realçadas na Cimeira.

A Cimeira de Washington

A adaptação mais proeminente será óbvia em Washington simplesmente pelo aumento do número de bandeiras nacionais içadas: 19 em vez de 16. Em Abril, a República Checa, a Hungria e a Polónia serão formalmente membros da Aliança. Através desta fase do alargamento, demonstraremos claramente que já não há linhas divisórias na Europa.



Além disso, esta fase do alargamento é apenas uma parte dum processo em curso. A porta da adesão à OTAN manter-se-á aberta para os países capazes e dispostos a contribuir para a segurança aliada, tendo em conta a evolução política e da segurança em toda a Europa. Estamos agora a preparar um “pacote” de medidas destinadas a aproximar da Aliança os países parceiros e a ajudar os países que desejam aderir a satisfazer os requisitos da OTAN. A Cimeira é o momento em que este “pacote” será formalmente revelado.

Ao mesmo tempo, continuaremos a reforçar as nossas relações com países não membros de toda a região euro-atlântica. Queremos expandir o clima de crédito e confiança por toda a região aproveitando todo o potencial

Javier Solana,
Secretário-Geral
da OTAN.

(OTAN)

Os Ministros dos Estrangeiros dos três países prestes a aderir à OTAN, Janos Martonyi da Hungria, Jan Kavan da República Checa e Bronislaw Geremek da Polónia, reunidos com a Secretária de Estado dos EUA Madeleine Albright aquando das reuniões ministeriais em Bruxelas em Dezembro passado. (Reuters)



do Conselho de Parceria Euro-Atlântico (CPEA). Esta instituição reúne, com regularidade, à volta da mesa da OTAN os representantes de 44 países. O CPEA está a evoluir no sentido dum fórum de consultas significativo, que mostrou a sua valia muito recentemente em relação à crise do Kosovo, e desempenhará, no futuro, um papel crescente em áreas como a ajuda em catástrofes e o planeamento civil de emergência.

Também desenvolveremos medidas específicas para reforçar a Parceria para a Paz. A entrar agora no seu quinto ano, a PfP mostrou ser um instrumento muito bem sucedido para ajudar a reestruturar as forças armadas e ajudá-las a encontrar o seu lugar apropriado nas sociedades democráticas modernas. A PfP também proporcionou a maneira de os 27 Parceiros e os 16 Aliados se envolverem em novas formas de cooperação prática entre militares. Sem a PfP, por exemplo, teria sido impossível reunir em tão pouco tempo a força multinacional de manutenção da paz na Bósnia-Herzegovina.

Envolver mais os parceiros

Para reforçar ainda mais a PfP, estamos a trabalhar com os nossos parceiros no desenvolvimento dum quadro político-militar para as operações de resposta a crises e de apoio da paz dirigidas pela OTAN, que dará aos parceiros um papel mais activo no planeamento e condução destas operações. Algumas das ideias apresentadas incluem centros de treino da PfP, forças multinacionais no quadro da PfP e utilização de técnicas de simulação para melhorar a nossa capacidade de trabalho em conjunto. Em resumo, os dirigentes da OTAN e os seus homólogos dos países parceiros utilizarão a Cimeira de Washington para prosseguir os progressos substanciais alcançados no sentido duma Europa em

que as forças militares cooperem umas com as outras, em vez de se confrontarem.

Também estamos a trabalhar energicamente para concluir a revisão do Conceito Estratégico, conforme mandatados pelos Chefes de Estado e de Governo da OTAN na Cimeira de Madrid de 1997. Esta revisão terá em conta as muitas mudanças que tiveram lugar na segurança euro-atlântica desde que foi aprovado o actual conceito na Cimeira de Roma de 1991.

Um relacionamento forte com a Rússia

Uma mudança muito significativa na segurança euro-atlântica é o novo relacionamento positivo estabelecido entre a OTAN e a Rússia. A nossa opinião é que o envolvimento construtivo da Rússia é fundamental para a emergente nova ordem de segurança europeia e estamos determinados a prosseguir este envolvimento.

Já há mais dum ano que temos um vasto relacionamento de consultas e cooperação que teria sido simplesmente inimaginável durante a Guerra Fria. Baseado no Acto Fundador OTAN-Rússia de 1997, o Conselho Conjunto Permanente é agora um fórum proeminente em que os Aliados e a Rússia trocam opiniões sobre questões de segurança actuais, como a Bósnia e o Kosovo, que reúne peritos duma gama de assuntos de defesa e relacionados com as forças armadas e que procura aprofundar as áreas de cooperação prática. O próximo ano promete ser de maior aumento das consultas e das actividades de cooperação.

A crise do Kosovo demonstrou a valia deste novo relacionamento. Desde o início da crise, a OTAN e a Rússia têm continuado a consultar-se no Conselho Conjunto Permanente e estão a procurar ajudar a resolver pacificamente este conflito.

Reforçar a cooperação

Também aguardamos com expectativa a expansão e aprofundamento de outros elementos das nossas actividades de cooperação em matéria de segurança. O Programa de Trabalho desenvolvido sob os auspícios da Carta OTAN-Ucrânia, por exemplo, está a contribuir para a paz e a estabilidade na Europa e a Cimeira reconhecerá a valia do relacionamento OTAN-Ucrânia. Também apreciaremos o trabalho do Grupo de Cooperação do Mediterrâneo, que reúne a OTAN e seis países participantes da região mediterrânica num programa em desenvolvimento de contactos, consultas e cooperação.

Uma nova estrutura de comando

A Cimeira de Washington também dará os toques finais nas várias adaptações internas que a Aliança tem que fazer para enfrentar os desafios de hoje e de amanhã. Estamos a implementar uma estrutura de comando melhorada que é mais simples e mais flexível e, portanto, capaz de executar melhor as missões de apoio da paz e de gestão de crises. Também estamos a preparar uma iniciativa sobre capacidades de defesa para melhorar a interoperacionalidade, mobilidade e subsistência das forças da Aliança. Dito de forma simples, as forças da Aliança precisam de trabalhar no mesmo comprimento de onda e ser capazes de cobrir distâncias rapidamente e, depois, serem abastecidas adequadamente no terreno. Devem poder comunicar umas com as outras, ramos com ramos, aliados com aliados, num mundo onde as tecnologias da informática e da informação estão a passar a fazer parte do equipamento do soldado moderno.

Enfrentar novos desafios

O ambiente de segurança na Europa é muito diferente do que era apenas há uma década. Já não há necessidade de grandes forças e quartéis-generais da OTAN estáticos. Actualmente, os desafios podem vir de qualquer lado e com formas variadas e podem situar-se fora das fronteiras da Aliança. A manutenção da paz na Bósnia e a gestão da crise no Kosovo são exemplos nítidos da complexidade e âmbito das novas missões da OTAN.

Na Bósnia, a Força de Estabilização dirigida pela OTAN ajudou a consolidar a paz proporcionando um ambiente seguro em que a difícil, mas essencial, tarefa da reconstrução e da reconciliação podia ter lugar. Além disso, a Aliança estabeleceu novas relações com várias organizações e instituições internacionais que trabalham na reconstrução do país, pondo assim em prática o nosso conceito de instituições que se reforçam mutuamente como uma fonte importante de sinergia na manutenção e consolidação da paz.

No Kosovo, a iminente crise humanitária e a escalada da violência provocaram grande preocupação à comunidade internacional, que procurou exercer pressão diplomática sobre as partes para fazer cessar os combates e encontrar uma solução política. Contudo, a pressão diplomática teve que ser acompanhada pela ameaça do emprego da força militar. A Aliança tomou as decisões necessárias para prever esta possibilidade. Ao mesmo tempo, a OTAN executou o planeamento operacional detalhado e os preparativos para a implementação dos aspectos militares internacionais duma possível solução pacífica. Isto mostra que actualmente a gestão de crises

*Tropas da OTAN e dos parceiros participam no exercício da Parceria para a Paz "Cooperative Best Effort" no campo de treino de Krivolak na ex-República Jugoslava da Macedónia * em Setembro passado.*

(OTAN)

** A Turquia reconhece a República da Macedónia com o seu nome constitucional.*



exige uma estreita coordenação entre os objectivos políticos e os meios para os atingir e os manter. Também mostra que temos que estar à altura do desafio constituído por tão violentos conflitos étnicos se queremos realmente atingir o nosso objectivo duma Europa unida, livre e em paz.

Ao mesmo tempo, estamos a enfrentar outros novos desafios. É de importância crescente para os governos da Aliança, por exemplo, o problema da proliferação das armas de destruição maciça e dos seus meios de lançamento. O objectivo principal da Aliança e dos seus membros é evitar a proliferação ou, caso ocorra, fazê-la

comando possibilitam agora operações da OTAN dirigidas pelos europeus e a iniciativa das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais, em breve plenamente implementada, possibilitará aos aliados europeus utilizar meios da OTAN sem envolver necessariamente, de forma directa, os aliados norte-americanos.

Certificando-se de que o desenvolvimento duma Identidade de Segurança e Defesa Europeia forte se mantém firmemente dentro dum quadro transatlântico, a OTAN poderá assegurar o indispensável apoio material da América do Norte às operações europeias. Isto,

O Ministro dos Estrangeiros russo Igor Ivanov (à esq.) conversando com o Secretário-Geral da OTAN Javier Solana durante a reunião ministerial do Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia em 9 de Dezembro de 1998.



(OTAN)

reverter por meios diplomáticos. Contudo, devemos estar preparados para o facto de as armas de destruição maciça constituírem um risco não só para os nossos territórios nacionais mas também para as nossas tropas envolvidas em missões de manutenção da paz.

A OTAN está a preparar propostas para a Cimeira de Washington para uma iniciativa que assegure que a Aliança disponha das capacidades políticas e militares para enfrentar adequada e eficazmente este desafio. Além da partilha de informação sobre o problema das armas de destruição maciça entre os aliados, poderíamos prever a coordenação do apoio da Aliança aos esforços a favor da não proliferação.

Enquanto a OTAN se está a adaptar, o mesmo faz a Europa. A União Europeia adoptou uma moeda única e uma Política Externa e de Segurança Comum. É muito natural que a OTAN reflecta e ajude a apoiar esta evolução. É por isso que prevejo uma Aliança com uma identidade europeia mais forte – um objectivo que todos os aliados apoiam.

Novos mecanismos estão a ajudar a criar uma Identidade de Segurança e Defesa Europeia mais forte no seio da Aliança. Os ajustamentos feitos na estrutura de

por sua vez, contribuirá para um relacionamento transatlântico mais perfeito, em que os papeis e as responsabilidades são repartidos de forma mais equitativa. Também os elementos essenciais deste novo relacionamento serão definidos na Cimeira.

Realizar todo o potencial da Aliança

A Cimeira de Washington marcará uma fase histórica da evolução da Aliança do Atlântico. Durante os primeiros 40 anos, a OTAN preocupou-se sobretudo com a defesa colectiva contra uma ameaça única. Mais ou menos durante a última década, a Aliança tem estado a adaptar-se para enfrentar as rápidas mudanças ocorridas na segurança euro-atlântica.

A Cimeira representa o culminar deste processo e faz com que estejamos mais próximos do que nunca de realizar todo o potencial da Aliança como foi previsto pelos seus fundadores. Em Washington, daremos os toques finais à nova OTAN: uma Aliança empenhada e destinada a reforçar a estabilidade e a segurança de toda a área euro-atlântica através de novos mecanismos, novas parcerias e novas missões, bem pelo século XXI adentro. ■

A Argentina, parceiro do Atlântico Sul da OTAN

*Jorge Domínguez
Ministro da Defesa da República Argentina*

Embora geograficamente distante da Europa, a Argentina também sentiu os efeitos do conflito Leste-Oeste e, agora, procura integrar-se plenamente no novo ambiente de cooperação internacional pós-Guerra Fria que o substituiu. Em termos concretos, isso é evidente na sua participação em operações internacionais de manutenção da paz, inclusive na Bósnia-Herzegovina. É nesta perspectiva, considera o Sr. Domínguez, que há uma natural convergência de interesses entre a Argentina e a OTAN; é por isso que, na sua procura comum de paz e segurança em cooperação, a Argentina está empenhada em tornar-se o parceiro do Atlântico Sul da OTAN.

O fim da Guerra Fria teve claramente um impacto imediato na Europa continental, onde a desconfiança mútua e o antagonismo se tinham firmemente arraigado. A queda do Muro de Berlim simbolizou o desaparecimento, praticamente dum dia para o outro, da confrontação entre o Leste e o Ocidente. A Aliança do Atlântico Norte adaptou-se à transformação do ambiente de segurança no princípio dos anos 90 empenhando-se no diálogo e promovendo medidas para o estabelecimento de confiança com os países do ex-Pacto de Varsóvia, particularmente através do programa da Parceria para a Paz. Este processo levou também, eventualmente, a mecanismos de parceria especiais com a Rússia e a Ucrânia.

Estes acontecimentos não passaram despercebidos na América do Sul, que pode não ter estado na primeira linha da Guerra Fria mas não escapou aos seus efeitos.

Nesta parte do mundo, foram anos de instabilidade institucional e, mais do que uma vez, lutas políticas internas reflectiram a confrontação ideológica geral que predominava no mundo. Acontecimentos essenciais da história latino-americana recente foram directamente imputáveis ao paradigma da Guerra Fria, ou por ele fortemente influenciados.

Uma nova era para a Argentina

Na primeira metade dos anos 80, como muitos outros Estados da América Latina, a Argentina recuperou as suas instituições democráticas depois de vários anos de domínio militar. Inevitavelmente, este processo envolveu a redefinição fundamental do papel dos militares, que aprenderam gradualmente a exercer as suas funções específicas sob controlo democrático. Estas mudanças



O Ministro da Defesa argentino Jorge Domínguez (à esq.) com o Secretário-Geral da OTAN Javier Solana durante a sua visita à sede da OTAN em Setembro passado.

(OTAN)

internas ocorreram ao mesmo tempo que estavam em transformação as políticas e questões de segurança globais. Uma das características salientes da nova política externa e de segurança da Argentina – e um dos elementos da redefinição da missão das suas forças armadas – foi uma ênfase na participação em missões de manutenção da paz das Nações Unidas em todo o mundo.

ameaçadas. A Argentina decidiu, assim, juntar-se à coligação internacional que se opôs à invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, enviando navios de guerra, aviões de transporte e 600 oficiais e sargentos para a área do Golfo. Posteriormente, forças argentinas juntaram-se também à bem sucedida missão de normalização no Haiti (1994), que ajudou a evitar que a crise aí

Gendarmes argentinos, da Unidade Multinacional Especial, em exercícios na Bósnia-Herzegovina o ano passado.

(M. da Def. argentino)



Plenamente compatível com o empenhamento de longa data da Argentina nesta organização mundial, esta iniciativa assinalou o início duma nova era em termos do envolvimento internacional do meu país.

A Argentina forneceu vários batalhões para a Força de Protecção das Nações Unidas (FORPRONU) na ex-Jugoslávia e continuou a contribuir com tropas e observadores para várias outras operações, incluindo as da Croácia, Haiti, Angola, Moçambique, Guatemala, Sara Ocidental, Kuwait, Líbano, Eslavónia Oriental e Chipre. De acordo com um cálculo recente das contribuições em tropas para operações de manutenção da paz, a Argentina é actualmente o oitavo maior contribuinte do mundo. No total, já participaram em operações internacionais quase 15 000 soldados argentinos.

No espírito do empenhamento da Argentina nas operações internacionais de manutenção da paz, o Presidente Carlos Menem promoveu a criação do Centro Argentino de Treino Conjunto de Operações de Manutenção da Paz (CAECOPAZ), que está a funcionar desde 1995. São realizados cursos e seminários para militares de todo o mundo sobre uma vasta gama de temas relacionados com a moderna teoria e prática de manutenção da paz, incluindo observadores militares, comandantes e oficiais das forças, polícia militar e inactivação de minas terrestres e explosivos.

Uma directiva sobre planeamento militar conjunto estipula que o envolvimento da Argentina em operações internacionais de paz não está limitado às actividades patrocinadas pela ONU, dando a possibilidade de participação em outros esforços multinacionais em casos em que a paz e a segurança internacionais estejam

existente desestabilizasse toda a bacia das Caraíbas. A Argentina também apoiou a criação da Brigada Multinacional de Alta Prontidão de Forças de Alerta da ONU, conhecida por SHIRBRIG, uma iniciativa do governo dinamarquês visando assegurar o destacamento rápido de missões de manutenção da paz.

Estas decisões de enviar tropas e meios para efectuar operações difíceis em lugares distantes reflectem o empenhamento político fundamental da Argentina em desempenhar um papel activo na preservação da paz, como membro responsável da comunidade internacional. O novo ambiente de segurança torna essencial a construção de pontes de cooperação entre países com os mesmos sentimentos para enfrentar os complexos desafios de segurança da era pós-Guerra Fria. Mais do que nunca, a acção concertada é a chave para a defesa e a segurança.

A nova política de defesa da Argentina é caracterizada por uma abordagem cooperativa da segurança internacional e procurámos desenvolver as iniciativas regionais. Em paralelo com a tentativa de integração económica, em curso através do Mercado Comum do Sul (MERCOSUR), a Argentina aumentou substancialmente a cooperação militar com os seus parceiros brasileiros, uruguaios e paraguaios. Um programa significativo de manobras conjuntas com o Brasil e o Uruguai está actualmente a decorrer e foi também lançada recentemente uma nova série de exercícios com o Chile. Esta conjugação favorável de crescimento económico, integração comercial e diálogo político com os seus vizinhos reforçou, de facto, a capacidade da Argentina para continuar a apoiar operações de manutenção da paz no estrangeiro.

É claro que seria pretensioso afirmar que esta parte da América do Sul está livre e protegida das incertezas e desafios que outras partes do mundo enfrentam. Contudo, o actual clima de transparência e estabelecimento de confiança entre vizinhos constitui uma base sólida para a estabilidade no hemisfério ocidental como um todo, bem como dá credibilidade à participação argentina em operações internacionais.

Em reconhecimento do constante empenhamento e contribuição da Argentina para a paz e segurança internacionais, o governo dos Estados Unidos atribuiu formalmente ao meu país em Fevereiro de 1998 o estatuto de principal aliado não membro da OTAN. Foi a primeira vez que este estatuto foi atribuído a um país do hemisfério ocidental.

Do diálogo à cooperação com a OTAN

A evolução da OTAN e a sua abertura para estabelecer mecanismos de cooperação e ligação com países que partilham a vontade de estabelecer uma ordem internacional pacífica e estável têm sido demonstradas pelo programa da Parceria para a Paz, pelo Diálogo Mediterrânico e pelo sistema de conferências periódicas com certos países específicos. Ao mesmo tempo, a nossa decisão de participar activamente na manutenção da paz e na consolidação da paz em todo o mundo levou-nos naturalmente a explorar formas de estabelecer um diálogo com a OTAN, uma Aliança que inclui 16 – em breve, 19 – países com os quais a Argentina tem boas relações e partilha os princípios básicos da democracia, respeito pelos direitos do homem, liberdades cívicas e liberdade económica.

Os contactos entre a Argentina e a OTAN iniciaram-se quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina apresentou os aspectos principais da nossa política de segurança internacional aos Representantes Permanentes junto do Conselho do Atlântico Norte em Bruxelas em 1992 e, novamente, em 1994. Estes contactos iniciais levaram depois a diálogo e a visitas, incluindo a minha visita à sede da OTAN em Setembro de 1998.

Tem também havido contactos a nível de peritos e de grupos de trabalho, incluindo um seminário sobre segurança global que organizámos em Buenos Aires em 1993, a que assistiram numerosos peritos e representantes de alto nível da OTAN e dos países aliados. Os debates e as trocas de opinião centraram-se em questões como o novo papel da OTAN no mundo pós-Guerra Fria, a segurança global e regional e os

aspectos militares da segurança global. A convergência de opiniões que ressaltou durante os debates reforçou a convicção de que havia, de facto, uma boa base para explorar vias mais concretas de cooperação, compatíveis com os próprios compromissos da OTAN e com as prioridades e o contexto regional da Argentina.

A primeira oportunidade concreta de cooperação mais estreita com a OTAN surgiu da nossa decisão de participar na Força de Estabilização (SFOR) na Bósnia-Herzegovina através da nova Unidade Multinacional Especial (MSU). A função da MSU é preencher a lacuna de segurança observada entre o nível militar e o da polícia local, que não estavam a cumprir as suas responsabilidades devido a uma série de factores inerentes à complexidade da situação no terreno. Esta situação estava a ameaçar a viabilidade do delicado processo de paz criado pelo acordo de paz de Dayton. A MSU foi proposta como medida preventiva, funcionando sob o comando directo da SFOR e com a capacidade militar e a experiência de polícia típicas das organizações de guarda nacional ou de gendarmaria.

A Argentina contribuiu com uma companhia da sua Gendarmaria Nacional, uma força de segurança interna que já tinha grande experiência de operações internacionais através da sua participação em sucessivas

Membros argentinos da Unidade Multinacional Especial participando num exercício simulado de controlo de motim na Bósnia-Herzegovina em Setembro passado.
(M. da Def. argentino)



missões patrocinadas pelas Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos no Haiti. Mais importante ainda no contexto da SFOR, a Gendarmaria Nacional argentina tinha também experiência prévia na ex-Jugoslávia, onde muitos dos seus oficiais tinham prestado serviço como membros do Grupo Internacional de Polícia (IPTF).

Os gendarmes argentinos foram treinados e equipados em tempo recorde e, graças à cooperação do país dirigente da MSU, a Itália, o contingente argentino foi destacado a tempo das eleições de Setembro na Bósnia. Desde então, a MSU tem trabalhado eficazmente para ajudar a garantir a implementação de aspectos importantes do acordo de paz de Dayton e proporcionar o ambiente de segurança vital para incentivar a reconciliação e o regresso à vida normal da população local.

A presença na SFOR também mostrou ser valiosa para a Argentina sob o ponto de vista político, dando-lhe a oportunidade de participar no Conselho de Parceria Euro-Atlântico na sua configuração SFOR. Esperamos sinceramente que esta presença facilite um diálogo sobre questões de segurança que, embora centrado no caso específico da Bósnia, também permitirá um intercâmbio mais alargado entre a OTAN e a Argentina.

Unidos à procura da paz

Embora se possa ter tornado impreciso devido ao seu uso frequente, o termo “globalização” retrata bem o novo ambiente de segurança, em que a estabilidade regional e global estão intimamente ligadas. Neste sen-

tido, a OTAN e os seus parceiros estão a criar com êxito uma estrutura de segurança cooperativa que cobre um espaço maior do que a área transatlântica historicamente associada à Aliança do Atlântico. Forma uma teia conjunta que se estende da América do Norte até aos confins da Ásia Central, da Europa continental até aos seus vizinhos à volta da bacia mediterrânica e, mesmo, tão longe como o Japão, através de conferências semestrais.

Neste ambiente de segurança interdependente, a Argentina – um país com um perfil nitidamente atlântico, que usufrui de paz e harmonia na sua região e é um contribuinte habitual de várias iniciativas multilaterais à volta do mundo – tem uma contribuição significativa a dar para a preservação da paz e segurança internacionais. Fazendo parte desta rede de países com valores comuns e uma visão do mundo partilhada, reconhecemos que a OTAN é uma das forças motrizes indispensáveis da segurança internacional.

É com este espírito que os soldados argentinos juntaram forças com a OTAN e os seus parceiros na Bósnia-Herzegovina. A mesma comunhão de opiniões e objectivos guiar-nos-á na interacção futura com os nossos amigos dos dois lados do Atlântico Norte. A Argentina continuará a trabalhar na sua capacidade única de parceiro do Atlântico Sul da OTAN, enfrentando em conjunto os desafios comuns do futuro. ■

Interacção civil-militar nas operações de paz

Dick Zandee

Instituto de Relações Internacionais da Holanda, “Clingendael”

A comunidade internacional é crescentemente envolvida no apoio à transição da guerra para a paz em situações de conflito armado interno. Quando são destacadas forças militares no quadro do esforço de implementação da paz, é necessária uma interface eficaz no terreno com as várias organizações civis que executam tarefas políticas, humanitárias e sócio-económicas, como a Cooperação Civil-Militar da OTAN na Bósnia-Herzegovina. Contudo, o autor considera que precisa de ser introduzida ao mais alto nível político uma abordagem estrutural da interacção civil-militar, para ajudar a coordenar melhor a interacção civil-militar numa fase inicial, algo que deverá ser incorporado no novo Conceito Estratégico da Aliança quando for adoptado na Cimeira de Washington em Abril de 1999.



Este artigo é baseado no livro do autor Building Blocks for Peace. Civil-Military Interaction in Restoring Fractured Societies (disponível através do Instituto Clingendael – tel: 00 31 70 324 53 84).

O conflito armado interno tornou-se o tipo dominante de conflito nos anos 90. De acordo com a última edição do anuário do SIPRI⁽¹⁾, houve 25 conflitos armados em 1997, dos quais só um foi um conflito entre Estados. As lutas armadas no Kosovo e no Congo reafirmaram esta tendência em 1998 e as guerras locais ou regionais continuarão provavelmente a dominar o ambiente internacional no início do século XXI.

Tais conflitos são caracterizados por guerra não convencional, envolvendo uma mistura de militares, irregulares, bandidos armados e extremistas, que muitas vezes não obedecem às leis da guerra. As armas são usadas não

apenas para fins militares mas também para ameaçar ou matar civis e destruir infra-estruturas públicas e propriedade privada. Uma das consequências é um enorme aumento do número de refugiados e pessoas deslocadas. Actualmente, cerca de 50 milhões de pessoas no mundo poderão ser legitimamente consideradas como vítimas de deslocamento forçado, igualando o número de pessoas forçadas a abandonar as suas casas no período de 1938 a 1948. Os danos materiais são também consideráveis. As estatísticas do Banco Mundial revelam que 63% dos alojamentos na Bósnia-Herzegovina foram danificados e 18% foram destruídos, bem como 50% das

(1)

Stockholm International Peace Research Institute

escolas. A produção industrial caiu para uns meros 10% dos níveis de antes da guerra e o custo total dos danos no país é estimado em 30 a 40 bilhões de dólares.



minadores comuns. São muitas vezes incentivados por factores étnicos, religiosos e histórico-culturais. Na maior parte dos casos, o poder do Estado sofre erosão, com forte impacto em áreas essenciais da sociedade civil: perturbação da lei e da ordem e aumento da violência; desintegração das estruturas macroeconómicas e crescimento das economias paralelas, da corrupção e do crime organizado; e aumento das violações dos direitos civis e dos direitos do homem muitas vezes levando a crimes de guerra, incluindo o grau extremo do genocídio como no Ruanda e na Bósnia.

Em resumo, os conflitos internos têm como resultado Estados em colapso e sociedades em fractura. Quanto mais profundas as feridas mais tempo leva a reconstruir a sociedade civil. Frequentemente, o dano mais grave é de natureza mental ou psicológica e superar o ódio e as emoções gerados durante o conflito pode levar anos, ou mesmo gerações.

Forças militares poderosas

No início dos anos 90, foram muitas vezes destacadas forças de manutenção da paz para conflitos em curso. Embora tenham desempenhado uma tarefa útil dando apoio à prestação de ajuda humanitária, foram normalmente menos bem sucedidas no pôr fim à luta armada. Mais importante ainda, os “capacetes azuis” das Nações Unidas foram frequentemente arrastados mais profundamente para os conflitos, com o risco de serem atacados, feitos reféns ou, mesmo, assassinados. Estas experiências contribuíram para uma crescente relutância em destacar forças terrestres para situações de conflito interno armado

Cada conflito interno tem as suas características próprias mas podem ser identificados deno-



em curso. A tendência passou a ser a da actuação nas “operações de paz pós-conflito”: situações em que as partes acordaram numa solução negociada conseguida pela comunidade internacional, que depois contribui para a sua implementação.

Contudo, mesmo quando as partes dum conflito assinaram um acordo de paz, são necessárias, muitas vezes, forças militares



poderosas para manter a paz. Tanto a IFOR/SFOR⁽²⁾ na Bósnia-Herzegovina (desde 1995) como a UNTAES⁽³⁾ na Eslavónia Oriental, Croácia (1996-98), operaram sob mandato do Capítulo VII⁽⁴⁾ da Carta da ONU (e a SFOR continua a fazê-lo). Estas forças foram estruturadas e equipadas para impor a

observância das disposições dos acordos de paz se necessário. As operações de paz pós-conflitos exigem, por um lado, imparcialidade, o mínimo emprego da força e o recurso à diplomacia e, por outro, dissuasão, robustez e a autoridade e capacidade para impor a observância das disposições do acordo se necessário.

Operações civis

Contudo e basicamente, a implementação civil bem sucedida é a solução para uma paz duradoura. Normalmente, estão envolvidas muitas organizações internacionais e organizações não governamentais (ONG) diferentes e, infelizmente, a resultante complexidade organizacional pode facilmente levar a tensões, choques entre as diversas burocracias e desperdício de recursos.

As instituições civis não funcionam como as militares e o recrutamento de pessoal exige muito tempo. Não há ACTWARNS, ACTREQS ou ACTORDS⁽⁵⁾ para as operações civis. Têm muitas vezes que ser montadas a partir do nada, pois não há mecanismos para activar os recursos necessários com antecedência para estarem prontos para o destacamento se surgir a necessidade. Na maior parte dos casos, o planeamento da missão é feito depois do seu início, não antes. Em situações em que falte uma divisão racional das tarefas e responsabilidades

Refugiados do Kosovo fogem das suas aldeias e encaminham-se para a Albânia em Junho passado. (Reuters)

(2) Força de Implementação/Força de Estabilização

(3) United Nations Transitional Administration for Eastern Slavonia, Baranja and Western Sirmium

(4) Acção em relação a ameaças à paz, rupturas da paz e actos de agressão (Artigos 39 – 51)

(5) Activation Warning, Activation Request e Activation Order, respectivamente, são os termos OTAN descrevendo as etapas levando à activação duma operação militar

A engenharia francesa e húngara da SFOR ajudando a reconstruir a histórica ponte de Mostar na Bósnia-Herzegovina em Setembro de 1997.

(Belga)



(6)

A definição OTAN acordada de CIMIC é: "Os recursos e mecanismos que apoiam o relacionamento entre os comandantes da OTAN e as autoridades nacionais, civis e militares, e a as populações civis numa área onde está a haver, ou está previsto, o emprego de forças militares da OTAN. Estes mecanismos incluem a cooperação com agências, organizações e autoridades não governamentais ou internacionais"

(7)

O mandato do Alto Representante, atribuído pelo Acordo de Paz da Bósnia e pela Resolução 1031 do Conselho de Segurança da ONU, é supervisionar a implementação do Acordo e coordenar os esforços da implementação civil na Bósnia-Herzegovina

(8)

Ver Coronel William R. Phillips, "Cooperação civil-militar: essencial para a implementação da paz na Bósnia", em Notícias da OTAN, no 1, Primavera 1998, pp. 22-25

a nível estratégico ela persistirá no terreno com prejuízo da eficácia da implementação da paz.

Os esforços para melhorar a preparação e a coordenação civil estão em curso nas Nações Unidas e noutras organizações internacionais, bem como nalguns países. Por exemplo, a sede da ONU desenvolveu procedimentos de selecção melhorados e programas de treino para a polícia civil e foram feitas propostas para criar uma Força de Polícia de Alerta da ONU. O Programa de Reformas de Julho de 1997 do Secretário-Geral Kofi Annan também prevê estruturas de coordenação melhoradas entre todas as Agências da ONU, mas não é de esperar milagres. O conceito duma única cadeia de comando civil mantém-se um tanto utópico e é provável que se mantenham as tensões entre as numerosas instituições civis envolvidas.

ACIMIC⁶ da OTAN

A cooperação civil-militar ou CIMIC mostrou ser essencial nas operações de paz pós-conflitos por duas razões principais. Primeiro, porque, sem que a segurança seja garantida pelos militares, a implementação civil tende a ser muito difícil e pode mesmo falhar completamente. Segundo, porque a competência, os conhecimentos e os meios dos militares podem desempenhar um papel importante no apoio ao trabalho das partes e das organizações civis. Sem o apoio militar, a

implementação civil em situações complexas é praticamente inconcebível, como foi sublinhado muitas vezes pelo Gabinete do Alto Representante⁽⁷⁾, bem como pelos representantes doutras organizações internacionais na Bósnia-Herzegovina.

As autoridades militares da OTAN já colheram muitos ensinamentos com a sua experiência na Bósnia-Herzegovina. Em poucas palavras, a atenção da CIMIC mudou, desde o fim da Guerra Fria, do planeamento do apoio civil a operações militares para o fornecimento de apoio militar a operações civis de consolidação da paz. Estão a ser desenvolvidas a doutrina e o planeamento, foram criados programas de treino, foram feitas propostas de forças e os países estão a pensar em maneiras mais estruturais de contribuir para a CIMIC⁽⁸⁾.

O papel da CIMIC não deve ser sobrestimado nem subestimado. Primeiro, não substitui a implementação civil – apoia os esforços civis. Contudo, tem um papel essencial a desempenhar ao preencher as lacunas até as partes e as organizações civis estarem preparadas para prosseguirem o processo de paz por si próprias. Segundo, a CIMIC representa muito mais que a simples reconstrução de escolas e hospitais nas comunidades locais, embora estas actividades sejam claramente importantes e contribuam para dar apoio local às tropas. A CIMIC tem um papel essencial a desempenhar em quase todos os aspectos da implementação civil, quer seja o retorno dos refugiados e das pessoas deslocadas, o

restabelecimento da lei e da ordem, a reconstrução económica, a reconstituição das infra-estruturas, a organização das eleições ou a criação de novas instituições. É a argamassa que liga os tijolos para a construção da paz.

Por último, ao estabelecer os requisitos futuros da CIMIC, a experiência da IFOR/SFOR não deve ser tomada como bitola única. Cada conflito tem o seu contexto específico e os acordos de paz são feitos caso a caso. Contudo, na maior parte das operações de paz pós-conflitos, uma vasta gama de actividades civis semelhantes tem que ser executada com o apoio dos militares. Há uma nítida necessidade de mecanismos e estruturas CIMIC comuns, mas têm que ser flexíveis para poderem ser adaptados a cada situação.

Um quadro mais alargado

A CIMIC da OTAN tem sido desenvolvida a nível militar, tanto no terreno como ao nível estratégico militar das Autoridades Militares da OTAN no Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (SHAPE). Contudo, não é aqui que são tomadas as decisões acerca dos acordos de paz, acerca dos papéis das várias organizações internacionais no processo de implementação e acerca do relacionamento organizacional entre elas. Tais decisões são tomadas ao mais alto nível político.

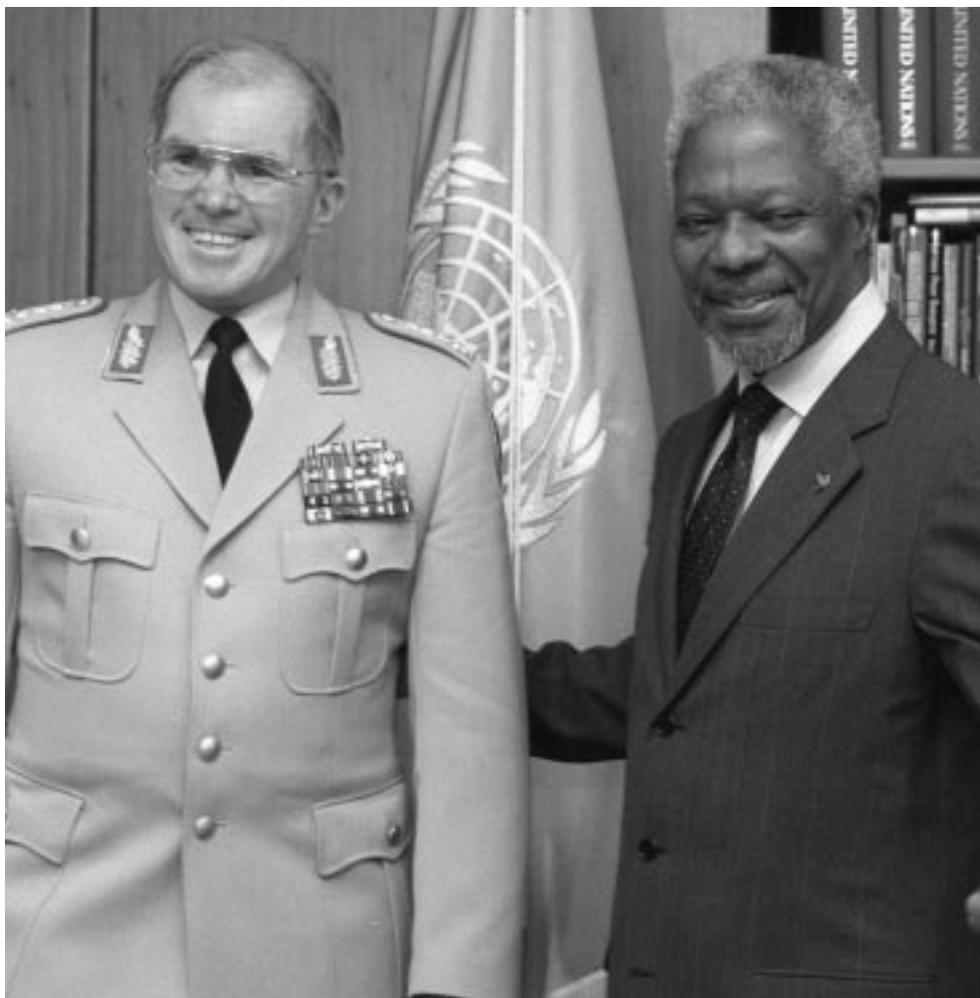
A Aliança poderia contribuir para melhorar os processos de implementação da paz desenvolvendo um quadro para a interacção civil-militar a este nível mais alto. Tal quadro poderia constituir o contexto para uma rede de relações mutuamente reforçadoras entre a OTAN e as outras organizações internacionais envolvidas em operações de paz. Em vez de criar novas estruturas burocráticas abrangentes, deveria consistir em mecanismos de ligação susceptíveis de serem activados ou expandidos conforme necessário.

As ligações de rotina entre as organizações internacionais poderiam ser utilizadas para partilhar informação prática sobre a capacidade, estrutura e características organizacionais das várias organizações internacionais e para debater e coordenar contribuições para a redacção dos acordos de paz. Isto ajudaria a eliminar as diferenças culturais e os equívocos e contribuiria para

racionalizar as tarefas e para uma utilização mais eficaz dos escassos recursos. Poderia ser estabelecido um planeamento coordenado de contingências, reduzindo o tempo necessário para a preparação de operações de implementação da paz ou outras. Finalmente, esta rede também poderia ser utilizada para organizar programas de treino, seminários e exercícios integrados.

Onovo Conceito Estratégico

A OTAN está actualmente a redefinir o Conceito Estratégico da Aliança, que deve ser apresentado na Cimeira de Washington em Abril. Este conceito reflectirá as novas tarefas da Aliança na condução de operações de paz, como as que têm sido implementadas em conjunto com países parceiros na Bósnia-Herzegovina com grande êxito. Dado o papel essencial da interacção civil-militar nestas operações, parece lógico incluir



este elemento na definição das novas tarefas da OTAN. Demonstraria a sua importância política e constituiria a base para o desenvolvimento de mecanismos e procedimentos mais detalhados, que poderiam ser incorporados num quadro mais alargado para a interacção civil-militar ao nível estratégico-político. ■

O General Klaus Naumann, Presidente do Comité Militar da OTAN (à esq.), com o Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan na sede da ONU em Nova Iorque em 14 Dezembro 1998.

(AP)

Promover a estabilidade e a segurança no Sul do Cáucaso

Pol De Witte

Secção da Parceria e Cooperação Euro-Atlântica, Divisão de Assuntos Políticos, OTAN



O Sul do Cáucaso, constituído pelas repúblicas da Arménia, Azerbaijão e Geórgia, é uma região de crescente potencial e importância estratégica. Na sua missão de promover a estabilidade em toda a área euro-atlântica, a OTAN tem dado a estes três países várias oportunidades de parceria. O objectivo é fomentar o desenvolvimento da cooperação e da segurança regionais, assim ajudando estes países a transformar em realidade as vastas possibilidades da área.

O Sul do Cáucaso, compreendendo a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia, fica situado entre o mar Negro a ocidente e o mar Cáspio a oriente, tendo fronteiras com a Rússia, a Turquia e o Irão. Ao lado de grandes impérios, a região tem tido considerável importância estratégica ao longo dos anos e assim continua ainda hoje. Conhecida desde a antiguidade como uma encruzilhada de povos e culturas, não há provavelmente nenhuma outra área do mundo de tamanho comparável onde sejam faladas tantas línguas.

O princípio do século XXI parece oferecer boas possibilidades económicas aos três países do Sul do Cáucaso, sobretudo devido ao seu vasto potencial ainda inexplorado. O Azerbaijão está a desenvolver os seus recursos energéticos no mar Cáspio e toda a área tem interesses nos oleodutos e gasodutos existentes ou planeados para encaminhar o petróleo ou o gás da região do mar Cáspio.

Reconhecendo o potencial da área, a União Europeia (UE) está a patrocinar uma iniciativa para encorajar o renascimento da antiga “Estrada da Seda” através do planeado Corredor Europa-Cáucaso-Ásia Central (conhecido por “Traceca”). Este corredor, que constituirá o caminho mais curto e, possivelmente, mais barato entre a Europa e o Extremo Oriente, terá grande importância, não só para os países do Sul do Cáucaso mas também para os da Ásia Central e da região do mar Negro, alguns deles sem acesso ao mar. O projecto Traceca deverá também ajudar a fomentar a cooperação regional na área.

Os três países do Sul do Cáucaso têm passado tempos difíceis nos últimos anos. Combates no Nagorni-Karabague e à sua volta – uma área no interior do Azerbaijão habitada essencialmente pela etnia arménia – acabaram com um cessar-fogo acordado em Maio de 1994. Desde então, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e o “Grupo de Minsk”⁽¹⁾ em particular têm tentado encontrar uma solução política viável para o litígio.

A Geórgia, pelo seu lado, teve que enfrentar as exigências de autonomia da Ossétia do Sul e da Abkházia. O conflito na Ossétia do Sul parece encaminhar-se para um acordo. Quanto à Abkházia, forças de manutenção da

paz da Comunidade de Estados Independentes (CEI) têm patrulado a linha que separa a Abkházia do resto da Geórgia desde o cessar-fogo de Maio de 1994, que está a ser controlado por Observadores Militares da ONU. Conversações bilaterais recentes e patrocinadas pela ONU mostraram haver progressos no sentido dum compromisso aceitável por ambas as partes.

Esta evolução no sentido duma estabilidade política dá aos três países a possibilidade de recobrar o dinamismo económico, que foi seriamente comprometido pela violência. Houve quebras acentuadas na produção industrial em 1990-1993, só tendo começado a recuperar em 1995. No mesmo período, as despesas públicas em relação ao produto interno bruto (PIB) foram extremamente elevadas nos três países devido aos pesados encargos com a defesa, os refugiados e os subsídios às empresas do Estado.

As condições mais pacíficas têm sido acompanhadas duma mudança para melhor na produção e duma espectacular descida da taxa de inflação nos três países, tornando também possível reduzir as despesas militares e reanimar as actividades tributáveis. Os países do Sul do Cáucaso são semelhantes no referente à sua estrutura económica e nível de desenvolvimento. A sua integração económica não está prevista mas as trocas económicas estão a aumentar e estão a ser criados laços económicos.

Promover a estabilidade política

Face a um cenário de crescentes oportunidades económicas, será extremamente importante que, nos próximos anos, sejam implementadas políticas de estabilização e de reformas estruturais, apoiadas por investimento e ajuda do estrangeiro. Juntamente com outras organizações internacionais – como as Nações Unidas (ONU), a OSCE, a UE e o Conselho da Europa – e sem duplicar os seus esforços, a OTAN continuará a apoiar os países do Sul do Cáucaso nos seus esforços para reforçar a estabilidade política e, desta maneira, melhorar as suas perspectivas de desenvolvimento económico.

A Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia já há muito tempo mostram interesse em cooperar com a OTAN.

(1)

O Grupo de Minsk, co-presidido pelos EUA, Rússia e França, inclui também a Arménia, Azerbaijão, Belarus, República Checa, Alemanha, Itália, Eslováquia, Suécia e Turquia.



O Secretário-Geral da OTAN Javier Solana é cumprimentado pelo Ministro da Defesa David Tevzadze da Geórgia durante a sua visita ao Cáucaso no Outono passado. (AP)

Assinaram a Parceria para a Paz (PfP) e começaram a envolver-se em cooperação concreta pouco depois de a iniciativa ter sido lançada em 1994. Em 1997, também estiveram estreitamente associados à criação do Conselho de Parceria Euro-Atlântico (CPEA), que substituiu o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, e tiraram partido das novas oportunidades proporcionadas por uma PfP reforçada. Apesar das dificuldades financeiras, cada um destes países desenvolveu um “Programa de Parceria Individual” substancial com a OTAN, criou uma missão diplomática na sede da OTAN e nomeou um oficial para a Célula de Coordenação da Parceria da Aliança em Mons.

A estabilidade no Sul do Cáucaso tem grande interesse para os países membros da Aliança e para a OTAN como um todo, como foi demonstrado pelas visitas à região do Secretário-Geral Javier Solana em 1997 e, de novo, no Outono passado. O programa da Parceria para a Paz da OTAN em conjunto com outras actividades de “Abertura”, particularmente as centradas na cooperação científica e ambiental, são as principais vias de cooperação da Aliança com a área. Estes programas dão oportunidade para criar um ambiente mais favorável para o desenvolvimento estável em toda a área euro-atlântica. O CPEA reforça mais o potencial de cooperação e de estabelecimento de confiança ao proporcionar um fórum multilateral para a troca de opiniões sobre assuntos de segurança de preocupação comum e para o debate de propostas e iniciativas no quadro da PfP.

A OTAN e os três países estão a cooperar numa gama de assuntos, incluindo a colaboração científica e o planeamento civil de emergência. A Arménia beneficiou muito com as actividades de planeamento civil de emergência e com o Programa Científico da OTAN. Um projecto que a OTAN está a financiar, que é de particular importância para a Arménia, visa ligar os

sistemas de informação dos seus institutos de análise sísmológica com os dos institutos da Grécia, Itália e Reino Unido.

O Azerbaijão intensificou a sua cooperação com a OTAN durante os últimos anos e desenvolveu um curso da Parceria na Academia Militar de Baku. O país também acolheu uma reunião do Grupo Consultivo de Política do Atlântico com os países parceiros em Maio de 1999.



Pelo seu lado, a Geórgia tomou a iniciativa de acolher um seminário do CPEA sobre segurança regional no Cáucaso (descrito mais detalhadamente a seguir) e organizou umas jornadas de estudo sobre limpeza de minas terrestres e classificação de pontes sob o programa da PFP de cooperação em matéria de armamentos. Também têm sido bem aproveitadas as oportunidades dadas aos cientistas da Geórgia pelo Programa Científico da OTAN.

Promover a cooperação regional em matéria de segurança

A participação no CPEA já se traduziu em resultados práticos evidentes para o Sul do Cáucaso. O primeiro seminário do CPEA sobre segurança regional realizou-se em Gudauri, Geórgia, em Outubro de 1998, com a participação de mais de 60 peritos de mais de 20 países. Focando as abordagens práticas da cooperação regional no Sul do Cáucaso, o seminário cobriu uma vasta gama de temas e incluiu comunicações por pessoal da OTAN sobre a cooperação da Aliança com os países parceiros em áreas como a ciência e o ambiente, o planeamento civil de emergência e a cooperação em matéria de armamentos.

Peritos de Estados membros da OTAN apresentaram programas bilaterais de assistência em áreas como a gestão de recursos da defesa, a reabilitação e conversão para uso civil de antigas instalações militares e a inactivação de munições e explosivos.

O Ministro dos Estrangeiros arménio, Vartan Oskanian, e o seu homólogo do Azerbaijão, Tofik Zulfugarov, participando na reunião do Conselho de Parceria Euro-Atlântico no Luxemburgo em 29 Maio 1998.

(OTAN)



Comunicações de peritos de países parceiros focaram temas como a cooperação regional no Báltico, o projecto do centro de treino de gestão de recursos regionais em Brasov (Roménia), a redução das forças armadas húngaras, a cooperação internacional pelo

Ministério Russo de Planeamento de Emergências (Emercom) e a cooperação ambiental entre os Estados do Sueste da Europa. Também houve debate aberto e construtivo entre todos os participantes sobre questões e desafios à segurança mais alargados.

É claro que cabe a cada país do Sul do Cáucaso definir a abordagem à cooperação em matéria de segurança mais adequada para o seu ambiente regional particular mas há óbvias vantagens em prosseguir a cooperação em matéria de segurança no quadro mais alargado do CPEA. Abrir os debates para incluir todos os parceiros do CPEA interessados promove a confiança e a segurança entre os países, o que deverá encorajar os países a absterem-se de reuniões em clubes restritos. Além disso, o CPEA dá aos países a oportunidade de aprenderem com as experiências de outras regiões, que podem ter enfrentado problemas semelhantes no passado. Por fim mas não menos importante, estender a cooperação a um grupo mais vasto de participantes pode muitas vezes traduzir-se em economias de escala.

De alto risco para alto potencial

Os países do Sul do Cáucaso precisam de explorar as suas vantagens comparativas para promover o seu bem-estar comum e transformar a região numa zona de oportunidades. A região tem vastos recursos energéticos, é rica em recursos humanos, tanto no país como na diáspora, e tem uma localização que proporciona ligações inestimáveis com os países do mar Negro a Ocidente, a Rússia a Norte, a Ásia Central a Oriente e a Turquia e o Irão a Sul. A riqueza cultural da região e as suas áreas costeiras e montanhosas também constituem um grande potencial turístico.

Durante a sua visita à região no Outono passado, o Secretário-Geral Solana encorajou os dirigentes a explorarem plenamente o potencial do CPEA e da PFP, a tirarem todo o proveito do Programa Científico da OTAN e a procurarem activamente a cooperação regional. É de esperar que os temas tratados no seminário

do CPEA na Geórgia e os exemplos de cooperação expostos pelos participantes dos países aliados e de outros países parceiros sirvam para animar os países do Sul do Cáucaso a explorar formas de trabalhar em conjunto para promover a segurança e a estabilidade. ■

A cooperação OTAN-Rússia na defesa aérea

Luc van der Laan

Direcção da Defesa Aérea e da Gestão do Espaço Aéreo,
Divisão de Apoio da Defesa da OTAN

Em Outubro passado, a OTAN e a Federação Russa iniciaram uma série de exercícios práticos na área da defesa aérea, com o objectivo de ensaiar a compatibilidade dos seus equipamentos e dos seus procedimentos, no contexto de possíveis operações conjuntas futuras de apoio da paz. Estes ensaios fazem parte dum programa de cooperação mais alargado no domínio da defesa aérea proposto aos parceiros da Parceria para a Paz.

Esta série de ensaios conjuntos com a Rússia começou com exercícios estáticos de carregamento com aviões de transporte russos e equipamentos de defesa aérea da OTAN de grandes dimensões, e será seguida de ensaios de reabastecimento em voo ainda este ano. Estes exercícios são particularmente oportunos pois se trata de aspectos de duas questões recentemente estudadas pelo Comité de Defesa Aérea da OTAN (NADC): a primeira refere-se aos meios de transporte aéreo para equipamentos de defesa aérea de grandes dimensões; a segunda é a da contribuição do reabastecimento em voo para as operações de defesa aérea. Estas duas funções de apoio tornaram-se de grande importância para a defesa aérea no novo ambiente de segurança, em que a mobilidade e uma grande autonomia são indispensáveis para enfrentar uma menor previsibilidade, tempos de aviso curtos, níveis de forças reduzidos e operações de manutenção da paz.

O primeiro ensaio estático de carregamento teve lugar de 13 a 15 de Outubro de 1998, a convite da Turquia, na base da força aérea de Kayseri. Um radar móvel de defesa aérea da OTAN (AN-TPS-64) foi embarcado num avião de transporte russo Ilyushin-76 empregando a técnica de carregamento russa de utilização de carros para içar a carga – uma técnica que se mostrou muito eficaz. O profissionalismo das equipas russa e turca permitiu que a operação de carregamento, incluindo a fixação da carga, ficasse concluída em 90 minutos sem praticamente qualquer preparação prévia.

O segundo ensaio estático de carregamento envolveu um sistema de armas de defesa aérea baseado em terra e teve lugar na base aérea de Manching de 8 a

10 de Dezembro de 1998 a convite da Alemanha. Uma bateria anti-mísseis Patriot – com um peso total de mais de 50 toneladas – foi embarcada num Antonov-22. Foi uma operação perfeita, que levou menos de uma hora, e demonstrou claramente o profissionalismo das duas equipas, que nunca tinham trabalhado juntas.

Um terceiro ensaio está agora previsto para mais tarde mas ainda este ano, envolvendo uma unidade de defesa aérea de curto alcance baseada em terra e um Antonov-124. Ficará assim completo o conjunto representativo de ensaios estáticos de carregamento.



Os ensaios na outra área do programa, a do reabastecimento em voo, estão planeados para terem lugar em Brize Norton em Julho a convite do Reino Unido e em Mont de Marsan a convite da França. Estão previstos ensaios em terra, envolvendo especialistas franceses, britânicos e russos, com um avião tanque Ilyushin-78 e intercâmbio de procedimentos e técnicas, bem como demonstrações em voo da interoperacionalidade dos meios dos aviões tanques e dos aviões de combate franceses e britânicos.

Esta série de exercícios práticos, deverá levar a uma maior cooperação na área da defesa aérea, contribuindo para a possibilidade de trabalho em conjunto da OTAN e da Rússia no quadro de possíveis operações futuras de apoio da paz. Mas serve também como exemplo do potencial da parceria entre a Aliança e a Rússia nos seus interesses comuns quanto à segurança e estabilidade em toda a área euro-atlântica. ■

Um lança-mísseis Patriot é carregado num avião de transporte An-22 russo durante um exercício na base aérea de Manching na Alemanha em Dezembro 1998.



REUNIÃO MINISTERIAL DO CONSELHO DO ATLANTICO NORTE

Comunicado final, Bruxelas, 8 de Dezembro de 1998

1. Na nossa reunião de hoje, debatemos os preparativos para a próxima reunião cimeira da Aliança em Washington em Abril de 1999. Nesta Cimeira, que assinalará o 50º aniversário da assinatura do Tratado do Atlântico Norte, comemoraremos as realizações históricas da OTAN como uma Aliança forte, unida e bem sucedida e acolheremos os três países convidados – República Checa, Hungria e Polónia – como membros da Aliança. A Cimeira constituirá também uma oportunidade para definir o papel futuro da Aliança, incluindo as relações cada vez mais estreitas com os países Parceiros. Assim recomendamos aos nossos Chefes de Estado e de Governo que, na Cimeira de Washington, apresentem a sua visão comum da Aliança nos próximos anos – uma Aliança adaptada, renovada e preparada para enfrentar os desafios de segurança do século XXI.

Analísamos a situação na Bósnia-Herzegovina e o futuro da Força de Estabilização dirigida pela OTAN e consultámo-nos sobre a situação no Kosovo e à sua volta. Sobre estes dois importantes assuntos, publicámos declarações separadas. Publicámos também uma declaração separada sobre “A adaptação do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (CFE): limitações e flexibilidade”. Demos orientação adicional para o trabalho em curso na Aliança quanto à implementação das decisões da Cimeira de Madrid de Julho de 1997 visando a configuração da nova OTAN.

2. Estamos satisfeitos com a conclusão bem sucedida por todos os Aliados do processo de ratificação da adesão da República Checa, da Hungria e da Polónia ao Tratado de Washington. Regozijamo-nos com os progressos feitos pelos países convidados na sua preparação para a adesão e encorajamo-los e às Autoridades Militares da OTAN a acelerarem os seus esforços para satisfazerem os requisitos militares mínimos pertinentes da Aliança. A adesão destes países contribuirá para um reforço geral da Aliança e para um aumento da segurança e da estabilidade na Europa. Aguardamos com expectativa o podermos acolher a República Checa, a Hungria e a Polónia como novos Aliados antes da Cimeira de Washington.

3. Reafirmamos que a porta se mantém aberta para novas adesões à OTAN nos termos do Artigo 10 do Tratado do Atlântico Norte e de acordo com o Parágrafo 8 da Declaração da Cimeira de Madrid. Tendo em conta um relatório sobre o diálogo intensificado quanto às questões referentes à adesão, analisámos este processo, conforme nos pediram os nossos Chefes de Estado e de Governo, com vista à análise abrangente que eles irão efectuar na sua reunião em Washington. Encarregámos o Conselho em Sessão Permanente de elaborar para a Cimeira de Washington um conjunto de medidas para prosseguir o processo de alargamento, concretizar o nosso empenhamento na política de porta aberta e sublinhar a nossa vontade de ajudar os países candidatos a satisfazer as normas da OTAN.

4. Recebemos um relatório abrangente descrevendo os progressos realizados na nossa adaptação interna, à qual continuamos a dar grande importância. Os objectivos fundamentais desta adaptação são manter a eficácia militar da Aliança para toda a gama das suas missões, com base nas suas capacidades essenciais de defesa colectiva e na sua aptidão para reagir a uma vasta gama de contingências, preservar o elo transatlântico e desenvolver a Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ISDE) no seio da Aliança. A implementação do conceito das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais (CJTF) e os preparativos para a implementação da nova estrutura de comando estão bem encaminhados. O nosso objectivo é concluir os preparativos necessários para permitir ao Conselho tomar uma decisão única e irreversível sobre os pedidos de activação de todos os quartéis-generais da nova estrutura de comando da OTAN no princípio de 1999 e demos instruções para esse efeito ao Conselho em Sessão Permanente.

Analísamos os progressos feitos na construção da ISDE no seio da OTAN e regozijamo-nos com a cooperação e consultas estreitas com a UEO a este respeito. As reuniões regulares dos Conselhos da OAN e da UEO em Sessão Conjunta, bem como dos seus órgãos subordinados, e os mecanismos para

consultas estreitas sobre o planeamento e a condução de operações e exercícios dirigidos pela UEO envolvendo a utilização de meios e capacidades da OTAN são elementos importantes do desenvolvimento da ISDE no seio da Aliança. Os preparativos dentro da Aliança para operações dirigidas pela UEO utilizando meios e capacidades da Aliança já estão bastante adiantados. Neste contexto, regozijamo-nos com os resultados das recentes jornadas de estudo conjuntas sobre o processo de consultas OTAN-UEO e aguardamos com expectativa um seminário sobre gestão de crises em Fevereiro de 1999, que terá como resultado um exercício conjunto OTAN-UEO de gestão de crises em 2000. Apreciamos o reforço constante dos laços de cooperação entre a OTAN e a UEO, que foi reafirmado no Conselho de Ministros da UEO realizado em Roma a 16 e 17 de Novembro. Encarregámos o Conselho em Sessão Permanente de assegurar que os elementos essenciais do trabalho sobre a implementação das decisões de Berlim e Bruxelas relacionadas com a ISDE estão prontos, conforme indicado no relatório sobre a adaptação interna que nos foi apresentado, para a Cimeira de Washington. Além disso, encarregamos o Conselho de fazer recomendações sobre a melhor forma de aumentar mais a eficácia da ISDE no seio da Aliança, incluindo a contribuição dada por todos os Aliados europeus, depois da Cimeira de Washington.

5. Analísamos o trabalho em curso sobre a revisão, e actualização quando necessário, do Conceito Estratégico da Aliança, conforme fomos mandatados pelos nossos Chefes de Estado e de Governo na sua reunião Cimeira de Madrid de Julho de 1997. Este trabalho deve garantir que o Conceito Estratégico seja plenamente compatível com o novo ambiente de segurança da Aliança. Deverá reafirmar o nosso empenhamento na defesa colectiva e no elo transatlântico; ter em conta os desafios que a Aliança enfrenta actualmente; e apresentar uma Aliança preparada, com uma vasta gama de capacidades, para reforçar a segurança e a estabilidade nos países da área euro-atlântica no século XXI, inclusive através do diálogo, da cooperação e da parceria e, quando apropriado, de operações de reacção a crises fora do Artigo 5, como a da Bósnia-Herzegovina, com a possível participação de parceiros. Encarregámos o Conselho em Sessão Permanente de prosseguir energicamente este trabalho de forma a que o novo texto esteja disponível na altura da Cimeira de Washington.

6. Estamos satisfeitos com o facto de o Conselho de Parceria Euro-Atlântico (CPEA) e uma Parceria para a Paz (PfP) reforçada estarem a ser um fórum de consultas mais forte e uma parceria mais operacional. Isto melhorará a aptidão dos Aliados e dos Parceiros para contribuírem para a segurança e a estabilidade através de consultas políticas e de cooperação prática. O CPEA demonstrou ser um fórum valioso para consultas sobre a situação na Bósnia-Herzegovina e sobre a crise no Kosovo. Recebemos um relatório abrangente sobre o progresso da implementação do Documento Base do CPEA e da Parceria para a Paz reforçada.

Regozijamo-nos com a substancial versão actualizada do Plano de Acção do CPEA para 1998-2000, que inclui a abordagem de novas questões. Na área da limitação dos armamentos, do desarmamento e da não proliferação, estas questões incluem a limitação dos armamentos, os esforços políticos e de defesa contra a proliferação das armas e mísseis nucleares, biológicos e químicos, bem como o tráfico de armas, o controlo das transferências de armamento ligeiro e os meios de encorajar a desminagem.

Regozijamo-nos com a inauguração, que consideramos um acontecimento positivo, do Centro Euro-Atlântico de Coordenação da Reacção a Catástrofes em Junho passado, que já coordenou o auxílio de emergência nas operações de socorro na Albânia e na Ucrânia.

7. A Parceria para a Paz continua a ser o ponto de convergência dos nossos esforços para estabelecer novas formas de cooperação prática com os Parceiros numa vasta gama de questões militares e relacionadas com a defesa.

Constatamos com satisfação os debates em curso com os Parceiros sobre o desenvolvimento dum quadro político-militar para as operações da PfP

dirigidas pela OTAN. Isto reforçará a cooperação futura ao estabelecer uma base para o envolvimento dos Parceiros nas consultas e tomadas de decisão políticas, nos dispositivos de comando e no planeamento operacional das operações não do Artigo 5 dirigidas pela OTAN. O quadro político-militar será um elemento essencial da cooperação futura e permitirá um aumento do papel dos Parceiros numa das principais novas tarefas da Aliança. Pretende-se concluir este trabalho, em paralelo com o do Conceito Estratégico, até à Cimeira de Washington.

Regozijamo-nos com a elaboração do conceito dos Centros de Treino da PFP, que ajudará a realizar os vastos objectivos político-militares dos esforços gerais de formação e treino da PFP, especialmente favorecendo o reforço da cooperação militar e da interoperacionalidade.

Estamos satisfeitos com o facto de um número substancial de países Parceiros interessados estarem a aproveitar a oportunidade, oferecida pelo Processo de Planeamento e Análise (PARP) alargado, para adoptarem os objectivos iniciais da Parceria na Primavera de 1999. Trata-se dum esforço importante no sentido duma cooperação mais estreita dos Parceiros com as estruturas e os procedimentos da Aliança, em particular reforçando a interoperacionalidade, que é uma das prioridades da Aliança.

Regozijamo-nos com a crescente atenção dada às forças multinacionais como forma de reforçar a cooperação militar entre os Aliados e os Parceiros, como na IFOR/SFOR na Bósnia-Herzegovina.

Encarregámos o Conselho em Sessão Permanente de reunir, com os Parceiros, as iniciativas atrás referidas e outros trabalhos agora em curso para preparar, para a Cimeira de Washington, um conjunto coerente de medidas destinadas a reforçar as capacidades operacionais da PFP.

Os programas da Parceria para a Paz também podem desempenhar um papel importante contribuindo para os esforços da Aliança visando o reforço da estabilidade regional, como nos Balcãs. Neste contexto, a Aliança promoveu, com a participação dos Parceiros, um sólido programa de ajuda à Albânia e à ex-República Jugoslava da Macedónia.

8. Estamos animados com o desenvolvimento do processo de consultas e cooperação prática com a Rússia sob os auspícios do Conselho Conjunto Permanente (CCP) e continuamos empenhados em colaborar com a Rússia para conseguir uma parceria forte, estável e duradoura, com base nos princípios do interesse comum, da reciprocidade e da transparência, conforme previsto no Acto Fundador OTAN-Rússia.

A crise no Kosovo confirmou o valor do CCP como fórum de consultas. A missão da SFOR em curso na Bósnia-Herzegovina tem sido um exemplo precioso de cooperação prática entre a OTAN e a Rússia.

Estamos satisfeitos com o facto de a cooperação entre militares estar a progredir bem e de ter sido alcançado acordo sobre a criação duma Missão de Ligação Militar da OTAN em Moscovo no final deste ano.

Aguardamos com expectativa a assinatura com a Rússia dum Memorando de Entendimento sobre Protecção Ambiental e a criação logo que possível dum Gabinete de Informação da OTAN em Moscovo. Regozijamo-nos com a criação do Comité de Cooperação Científica e Tecnológica OTAN-Rússia, que teve recentemente a sua reunião inaugural em Moscovo; com o acordo sobre a criação em Moscovo dum Centro de Informação e Consultas sobre a reciclagem de pessoal militar afastado do serviço; e com a participação russa no exercício da PFP "Cooperative Assembly". Continuaremos a colaborar estreitamente com a Rússia no desenvolvimento dum Programa de Parceria Individual (PPI) actualizado e substancial que inclua uma vasta gama de actividades práticas relacionadas com a defesa e de cooperação entre militares.

9. Reafirmamos a nossa opinião de que a Ucrânia tem um papel essencial a desempenhar na segurança europeia. Atribuímos importância ao desenvolvimento duma cooperação prática e de consultas políticas fortes e activas com a Ucrânia, sob a égide da Carta OTAN-Ucrânia. Regozijamo-nos com o anúncio feito pelo Presidente da Ucrânia dum "Programa de Estado de Cooperação com a OTAN até ao ano 2001", sinal evidente do empenhamento da Ucrânia num relacionamento fecundo com a OTAN.

Tencionamos explorar ao máximo o potencial oferecido pela participação activa da Ucrânia na PFP reforçada e pelo Plano de Trabalho OTAN-Ucrânia acordado para 1999. Também constatamos com satisfação a crescente cooperação militar entre a OTAN e a Ucrânia. O recentemente

criado Grupo de Trabalho Conjunto OTAN-Ucrânia sobre a Reforma da Defesa é um programa de parceria ímpar.

Regozijamo-nos com o acordo a ser assinado amanhã sobre a nomeação de dois oficiais de ligação da OTAN para Kiev para reforçar a cooperação mútua. Continuaremos a apoiar um esforço de informação activo na Ucrânia através do Centro de Informação e Documentação da OTAN em Kiev.

10. A segurança na Europa está estreitamente ligada à segurança e estabilidade no Mediterrâneo. Por isso, damos grande atenção ao nosso Diálogo Mediterrânico que faz parte da abordagem cooperativa da Aliança em relação à segurança, contribui para o estabelecimento de confiança com os países participantes e reforça mutuamente outros esforços internacionais visando o mesmo objectivo. Aguardamos com expectativa a contribuição positiva que as recentemente nomeadas Embaixadas Aliadas Pontos de Contacto darão à promoção do Diálogo. Estamos empenhados em continuar a melhorar os aspectos políticos, civis e militares do nosso Diálogo. Encorajamos os Parceiros do Diálogo a aproveitarem plenamente todas as suas possibilidades, inclusive no domínio militar. Estamos prontos a considerar as possibilidades de reforçar a cooperação com os países participantes na preparação da Cimeira de Washington.

11. A criação das Missões de Verificação no Kosovo inaugurou uma nova fase na cooperação entre a OTAN e a OSCE. Através duma coordenação estreita com a OSCE durante os últimos meses no planeamento e criação destas missões e da nossa permanente cooperação na Bósnia-Herzegovina, voltámos a demonstrar na prática a nossa aptidão para trabalhar em conjunto em situações de crise.

Também nos regozijamos com o reforço das relações entre a OTAN e a OSCE durante o último ano, no espírito do Conceito Comum da OSCE para o Desenvolvimento da Cooperação entre Instituições que se Reforçam Mutuamente. Continuamos a apoiar os esforços da OSCE para desenvolver um Documento-Carta sobre a Segurança Europeia susceptível de ser adoptado na Cimeira da OSCE em Istambul em 1999. Regozijamo-nos com os resultados da reunião ministerial da OSCE em Oslo a 2 e 3 de Dezembro de 1998.

12. Continuamos a considerar o Tratado CFE como uma pedra angular da segurança europeia. Estamos empenhados numa bem sucedida adaptação do Tratado. Desempenharemos plenamente o nosso papel para o conseguir até à Cimeira de Istambul da OSCE. Com este objectivo apoiaremos os esforços visando a resolução das questões essenciais e o início do trabalho de redacção nos primeiros meses do próximo ano. Para facilitar este processo, o Conselho do Atlântico Norte e a República Checa, a Hungria e a Polónia publicaram hoje uma declaração separada intitulada "Adaptação do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (CFE): Limitações e Flexibilidade". Até à entrada em vigor do Tratado adaptado, consideramos vital a continuação da implementação estrita do Tratado actual e dos documentos associados.

13. Regozijamo-nos com o comunicado de 4 de Junho deste ano dos cinco Estados com armas nucleares afirmando o seu compromisso em relação ao desarmamento nuclear nos termos do Artigo VI do Tratado de Não Proliferação Nuclear. Exortamos a Rússia a ratificar sem demora o Tratado START II. Isto abriria o caminho a consideráveis reduções dos arsenais nucleares e permitiria iniciar negociações sobre um Tratado START III visando outras reduções de grande alcance dos arsenais de armas nucleares. Continuamos empenhados numa breve entrada em vigor do Tratado de Interdição Geral dos Ensaios e exortamos todos os países a aderir e implementar o Tratado na altura devida. Apoiamos a breve conclusão dum Tratado de Suspensão dos Materiais Cindíveis.

14. A proliferação das armas nucleares, biológicas e químicas (NBC) e dos seus meios de lançamento continua a ser um assunto de grande preocupação para a Aliança. Tomámos nota do relatório do Comité Conjunto sobre a Proliferação relativo às actividades do Grupo Político-Militar de Alto Nível sobre a Proliferação e do Grupo de Alto Nível da Defesa sobre a Proliferação. A Aliança e os seus membros continuam empenhados em evitar a proliferação e em fazê-la reverter, caso ocorra, através de meios diplomáticos. Ao mesmo tempo, reconhecemos que a proliferação pode constituir uma ameaça directa para a Aliança. Com base no bem sucedido trabalho dos grupos da OTAN sobre a proliferação, estamos preparados para intensificar os esforços da OTAN para enfrentar a ameaça da proliferação. Assim, encarregámos o Conselho em Sessão Permanente de preparar para a Cimeira de Washington propostas para uma iniciativa que garanta que a Aliança disponha dos meios

políticos e militares necessários para enfrentar de forma adequada e eficaz os desafios da proliferação das armas NBC e dos seus meios de lançamento.

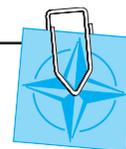
15. Sublinhamos o risco que a disseminação das armas NBC constitui para a estabilidade internacional e regional. Em particular, exortamos todos os países a aderirem e implementarem plenamente o Tratado de Não Proliferação Nuclear, a pedra angular do regime de não proliferação.

16. Estamos determinados a conseguir progressos sobre um protocolo juridicamente vinculativo que, incluindo medidas de verificação eficazes para aumentar a observância e promover a transparência, reforce a implementação

da Convenção sobre as Armas Biológica e de Toxinas. Sublinhamos de novo a importância da adesão universal à Convenção sobre as Armas Químicas.

17. Exortamos a Rússia, a Ucrânia e a Belarus a ratificarem sem demora o Tratado do Espaço Aéreo Aberto.

18. O terrorismo constitui uma séria ameaça à paz, à segurança e à estabilidade, que pode pôr em perigo a integridade territorial dos Estados. Reiteramos a nossa condenação do terrorismo e reafirmamos a nossa determinação em combatê-lo em conformidade com os nossos compromissos internacionais e a nossa legislação nacional.



DECLARAÇÃO SOBRE A BÓSNIA-HERZEGOVINA

Publicada quando da reunião ministerial do Conselho do Atlântico Norte, Bruxelas, 8 Dezembro 1998

1. OTAN continua a apoiar os esforços da comunidade internacional para ajudar a Bósnia-Herzegovina a desenvolver-se como Estado unitário, democrático e multiétnico. Isto continua a ser exequível apenas através da implementação plena e incondicional do Acordo de Paz na Bósnia-Herzegovina, em que a Aliança está plenamente empenhada. A SFOR continua a desempenhar um papel vital na manutenção dum ambiente seguro na Bósnia-Herzegovina. Reafirmamos a nossa prontidão para colaborar construtivamente com todas as Partes que apoiam o Acordo de Paz e procuram implementá-lo.

2. Muito foi realizado durante os últimos três anos na tarefa de reconstruir a Bósnia-Herzegovina. As eleições de Setembro representaram um passo encorajador neste sentido; foram pacíficas e democráticas e demonstraram uma tendência para um maior pluralismo e tolerância. Dum modo geral, há liberdade de movimentos; há uma moeda comum, uma nova bandeira e outros símbolos necessários de afirmação de nacionalidade. Regozijamo-nos com a recente abertura do aeroporto internacional de Tuzla e com os progressos feitos no estabelecimento do tráfego aéreo civil normal em Sarajevo e Mostar.

3. Contudo, ainda há muito a fazer para reforçar a frágil democracia que está a criar raízes na Bósnia-Herzegovina. O primado do direito ainda tem que ser estabelecido no conjunto do país. As instituições comuns são vitais para o futuro da Bósnia-Herzegovina como Estado unitário ainda não estão suficientemente avançadas. Os progressos são insuficientes no respeitante à integração étnica, ao desmantelamento das instituições ilegais e à erradicação duma corrupção generalizada. Esperamos que os recentemente eleitos dirigentes da Bósnia-Herzegovina assumam plena e activamente as suas responsabilidades para a implementação da paz. Um futuro pacífico, estável e próspero para a Bósnia-Herzegovina só será possível se as Partes honrarem plenamente os compromissos que assumiram no Acordo de Paz.

4. O regresso acelerado dos refugiados e das pessoas deslocadas, em particular para as áreas das minorias, é uma tarefa essencial para 1999. Confirmamos que a SFOR, na medida dos seus meios e capacidades, prosseguirá os seus esforços para criar condições propícias à consecução deste objectivo. Exortamos as Partes e os representantes democraticamente eleitos em todos os níveis do governo na Bósnia-Herzegovina a assumirem plenamente a sua responsabilidade para garantir um processo de regresso eficaz.

5. A reconstrução económica está ainda numa fase inicial; as reformas necessárias para um desenvolvimento e um crescimento económico sustentado ainda não estão concluídas. As Partes devem introduzir mecanismos liberais e modernos nas suas instituições económicas e nos seus mercados para assegurar uma economia auto-sustentável.

6. O progresso nestas áreas, pelo qual as Partes são os primeiros responsáveis, é importante para a criação de condições em que a paz seja auto-sustentável e deixe de ser necessária uma presença militar dirigida pela OTAN.

7. Sublinhamos o nosso apoio pleno e continuado ao Alto Representante no seu papel de coordenação e orientação da estratégia da comunidade internacional para a implementação civil. Apoiamos os seus esforços para melhorar a coordenação e harmonizar as diversas áreas de responsabilidade das várias organizações internacionais envolvidas no processo de consolidação da paz na Bósnia-Herzegovina.

8. Aguardamos com expectativa a reunião do Conselho de Implementação da Paz em Madrid a 15 e 16 de Dezembro de 1998, que dará novas orientações aos esforços da comunidade internacional para garantir uma paz e estabilidade duradoura na Bósnia-Herzegovina.

9. Constatámos com satisfação a contribuição única da Força de Estabilização (SFOR) dirigida pela OTAN ao dar, na medida dos seus meios e capacidades, um largo apoio à implementação civil do Acordo de Paz de 1995. A Unidade Multinacional Especial, que criámos em Maio passado, reforça a eficácia e a flexibilidade da SFOR. Louvamos o homens e mulheres da SFOR pela sua notável acção ao serviço da paz. A SFOR continua a dar uma contribuição importante para a estabilidade e a paz na Bósnia-Herzegovina.

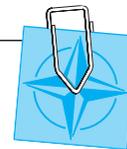
10. A SFOR continuará, na medida dos seus meios e capacidades, a manter uma ajuda e coordenação estreita e eficaz particularmente com:

- o Alto Representante na implementação dos aspectos civis do Acordo de Paz;
- o Alto Comissário da ONU para os Refugiados, a título altamente prioritário, no regresso escalonado e ordeiro dos refugiados, em particular para as áreas das minorias;
- o Grupo Internacional de Polícia da ONU na reforma e reestruturação da polícia local;
- O Tribunal Criminal Internacional da ONU para a ex-Jugoslávia, inclusive na detenção e transferência para a Haia de pessoas acusadas de crimes de guerra e em proporcionar a segurança para as exumações;
- a OSCE dando apoio para a implementação de instituições democráticas.

A SFOR também dará apoio às forças armadas das entidades na condução de operações de desminagem humanitária, dando assim uma contribuição essencial para a reconstrução e reabilitação civil.

11. Contudo, a presença da SFOR não pode ser mantida indefinidamente nem diminui a responsabilidade das autoridades da Bósnia-Herzegovina de assegurar a estabilidade do seu país, cuja melhor garantia é a plena implementação do Acordo de Paz. Ao analisarmos a dimensão e configuração da SFOR, decidimos que não há razão, actualmente, para grandes mudanças nem para alterar a sua missão. Contudo, constatamos que é possível tomar medidas de curto prazo para aumentar a eficácia. Também aprovámos o pedido dum estudo de opções relativamente a possíveis ajustamentos a mais longo prazo e mais substanciais sobre a dimensão e estrutura futuras da SFOR. As decisões sobre futuras reduções serão tomadas em função do progresso da implementação do Acordo de Paz.

12. Apoiamos fortemente a continuação da implementação de medidas para o estabelecimento de confiança a nível local e regional. Aguardamos com expectativa o início das negociações sobre a limitação dos armamentos, conforme estipulado no Acordo de Paz, com o objectivo de estabelecer um equilíbrio regional na ex-Jugoslávia e à sua volta, incluindo mecanismos de verificação apropriados. Exortamos as Partes a empenharem-se na promoção da confiança e da cooperação entre as suas forças armadas no quadro do Comité Permanente sobre Questões Militares.



DECLARAÇÃO SOBRE O KOSOVO

Publicada quando da reunião ministerial do Conselho do Atlântico Norte, Bruxelas, 8 Dezembro 1998

1. O objectivo da OTAN tem sido contribuir para os esforços internacionais visando pôr fim à crise humanitária no Kosovo, acabar com a violência que aí grassa e conseguir uma solução política duradoura. As decisões tomadas pela OTAN em Outubro deram uma contribuição crucial para a retirada de forças da República Federal da Jugoslávia (RFJ) do Kosovo e ajudaram a evitar uma catástrofe humanitária. O estado de prontidão militar reforçada da Aliança mantém-se.

2. Continuamos profundamente preocupados com a situação da segurança no Kosovo. Desde o princípio de Novembro, incidentes violentos, provocados em alguns casos pelas forças de segurança sérvias e, noutros, por grupos armados kosovares, aumentaram a tensão. Estes incidentes mostram que tanto as autoridades de Belgrado como os grupos kosovares armados não cumpriram plenamente as exigências estabelecidas nas Resoluções 1160, 1199 e 1203 do Conselho de Segurança da ONU. Exortamos os grupos armados kosovares a cessarem e desistirem de acções provocatórias e exortamos as autoridades sérvias e da RFJ a reduzirem os efectivos e a presença da polícia especial do Ministério do Interior no Kosovo e a absterem-se de comportamentos intimidatórios.

3. Insistimos com as duas partes para manterem escrupulosamente o cessar-fogo e cumprirem plenamente as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Também esperamos que facilitem as investigações sobre crimes de guerra do Tribunal Criminal Internacional para a ex-Jugoslávia (TCIJ). A este respeito, lastimamos a recusa de vistos para os investigadores do TCIJ. A continuação da violência entre as forças da RFJ e sérvias e os grupos armados kosovares compromete as perspectivas duma solução política, de que existe actualmente uma possibilidade.

4. Continuamos firmemente convencidos de que os problemas do Kosovo só podem ser resolvidos através dum processo de diálogo aberto e incondicional entre as autoridades de Belgrado e os representantes dos dirigentes kosovares. Assim, exortamos fortemente todas as partes a agirem rapidamente, num espírito de compromisso e conciliação, com vista à conclusão do processo de negociação em que estão envolvidas e que é dirigido pelo Embaixador Hill. Reafirmamos o nosso apoio a uma solução política que proporcione um estatuto reforçado para o Kosovo, um grau de autonomia substancialmente maior e uma verdadeira autonomia administrativa e que preserve a integridade territorial da RFJ e salvaguarde os direitos do homem e os direitos cívicos de todos os habitantes do Kosovo, qualquer que seja a sua origem

étnica. Estamos convencidos de que a estabilidade no Kosovo está ligada à democratização da RFJ e apoiamos os que estão genuinamente empenhados neste processo. A este respeito, condenamos as medidas recentes tomadas pelo Presidente Milosevic para impedir os media independentes e o pluralismo político na Sérvia. Regozijamo-nos com os passos dados pelo governo do Montenegro para proteger os media independentes, promover as reformas democráticas e assegurar o respeito pelos direitos de todos os seus cidadãos.

5. Manteremos a missão de verificação aérea da Aliança, operação “Eagle Eye”, em conformidade com o acordo entre a RFJ e a OTAN e comunicaremos periodicamente ao Secretário-Geral da ONU a opinião da OTAN sobre a observância.

6. Tencionamos cooperar plenamente com a Missão de Verificação no Kosovo (MVK) da OSCE. A segurança dos verificadores da OSCE é para nós da maior importância. Exortamos o governo da RFJ a assumir as suas responsabilidades a este respeito, como são enunciadas nas Resoluções 1199 e 1203 do Conselho de Segurança da ONU e no acordo OSCE-RFJ de 16 de Outubro. Esperamos que as autoridades sérvias e da RFJ, bem como as comunidades kosovares, cooperem plenamente com a MVK da OSCE, em particular respeitando a sua liberdade de movimentos e direito de acesso e assegurando que o seu pessoal não esteja sujeito à ameaça ou emprego da força ou a interferência de qualquer espécie. Também esperamos que as autoridades sérvias e da RFJ continuem a permitir o acesso sem entraves às organizações de socorro internacionais, inclusive dando os vistos necessários.

7. O Conselho do Atlântico Norte autorizou uma Ordem de Activação (ACTORD) para uma Força de Evacuação dirigida pela OTAN, operação “Joint Guarantor”. Destacaremos rapidamente os elementos permanentes para a ex-República Jugoslava da Macedónia para possibilitar a retirada do pessoal da MVK da OSCE em caso de emergência. Muito apreciamos a cooperação e apoio das autoridades da ex-República Jugoslava da Macedónia fornecendo instalações para o estacionamento das forças da OTAN.

8. Regozijamo-nos com a boa vontade dos países Parceiros em juntarem-se à OTAN na contribuição para a resolução da crise do Kosovo, quer participando na missão de verificação aérea dirigida pela OTAN quer permitindo a utilização do seu espaço aéreo ou outras facilidades em apoio dos esforços da OTAN. Continuaremos as consultas estreitas com todos os países Parceiros sobre as acções da Aliança em relação à crise do Kosovo.



DECLARAÇÃO SOBRE O CFE

Publicada quando da reunião ministerial do Conselho do Atlântico Norte com os três países convidados, Bruxelas, 8 Dezembro 1998

ADAPTAÇÃO DO TRATADO SOBRE FORÇAS ARMADAS CONVENCIONAIS NA EUROPA (CFE): LIMITAÇÕES E FLEXIBILIDADE

O Conselho do Atlântico Norte e os Representantes da República Checa, da República da Hungria e da República da Polónia, em nome dos 19 governos representados, declararam o seguinte:

1. O Tratado CFE continuará a ser uma pedra angular da segurança europeia. Os Estados Partes têm uma oportunidade e responsabilidade históricas para adaptar este documento juridicamente vinculativo às novas realidades em matéria de segurança e garantir a eficácia a longo prazo do Tratado.

2. Nós, Conselho do Atlântico Norte, República Checa, Hungria e Polónia estamos empenhados em procurar progressos rápidos e equilibrados sobre todas as questões importantes da adaptação. O nosso objectivo é a assinatura dum Tratado adaptado pelos Chefes de Estado e de Governo na próxima Cimeira da OSCE em 1999. Apelamos a todos os outros Estados Partes que contribuam activamente para se atingir este objectivo.

3. Nesta perspectiva, reafirmamos o nosso compromisso de manter apenas as capacidades militares correspondentes às nossas necessidades legítimas de segurança, tendo em conta as nossas obrigações face ao direito internacional. Não temos intenção de utilizar as negociações sobre a adaptação para conseguir pequenas vantagens políticas ou militares. A adaptação do Tratado CFE deverá reforçar a segurança de todos os Estados da Europa, quer sejam ou não membros duma aliança político-militar.

4. Em Viena, apresentámos um conjunto completo de propostas detalhadas abrangendo todos os aspectos da adaptação. Destinam-se a garantir que se mantenha a previsibilidade e a transparência bem como uma maior estabilidade do ambiente militar europeu e uma nova redução dos níveis dos Equipamentos Limitados pelo Tratado entre os Estados Partes do CFE, compatível com as necessidades da prevenção de conflitos e da gestão de crises.

5. No contexto dum Tratado CFE convenientemente adaptado e juridicamente vinculativo cujas disposições correspondam às nossas necessidades em matéria de segurança, incluindo os nossos requisitos de flexibilidade, continuaremos a praticar limitações em relação aos níveis e movimentos das nossas forças armadas convencionais em qualquer parte da Área de Aplicação do Tratado. Esta declaração indica como utilizaremos os mecanismos propostos dum Tratado adaptado:

- O nosso dispositivo militar reflectirá a nossa determinação comum de, no actual e no previsível ambiente de segurança, executar a nossa missão de defesa colectiva e as nossas outras missões assegurando a interoperacionalidade, integração e capacidade de reforço necessárias em vez de recorrer a um estacionamento permanente adicional de forças de combate terrestres e aéreas substanciais.
- Haverá reduções significativas dos níveis permitidos de Equipamentos Limitados pelo Tratado para muitos de nós.
- De acordo com as nossas propostas prévias e no contexto de limitações comparáveis por outros países da região, muitos de nós, na Europa Central e à sua volta, não aumentaremos os nossos Limites Territoriais – os níveis totais de tanques, artilharia e VBC permitidos numa base permanente nos nossos territórios.
- Além disso, qualquer presença temporária de Equipamentos Limitados pelo Tratado nos nossos territórios será directamente regulada pelas pertinentes disposições juridicamente vinculativas do Tratado adaptado.
- Nós e todas as outras Partes do Tratado assumiremos uma transparência e uma previsibilidade sem precedentes nas nossas actividades militares.
- Continuaremos a procurar oportunidades de cooperação, não só entre nós mas também com os nossos parceiros, em matéria de gestão de crises e de prevenção de conflitos.
- Esperamos que todos os outros Estados Partes do CFE assumam limitações comparáveis e que, colaborando como parceiros, reforçaremos esta nova forma de segurança cooperativa na Europa enquanto continuamos a nossa complexa tarefa de adaptar o Tratado CFE para enfrentar melhor os novos desafios em matéria de segurança.

Limites e existências

6. Um objectivo importante da adaptação do Tratado CFE deverá ser uma diminuição significativa do total de Equipamentos Limitados pelo Tratado (TLE) permitidos na Área de Aplicação. Os Estados Partes já concordaram em substituir a estrutura bloco contra bloco do Tratado original por um novo sistema de limitações baseado em Limites Nacionais e Limites Territoriais. Este sistema será mais limitativo do que a actual estrutura do Tratado, que limita a quantidade de equipamentos que podem estar presentes em grandes zonas geográficas.

7. Muitos de nós já indicámos em Viena a intenção de aceitar limites nas existências máximas nacionais de equipamentos mais restritivos que os do actual Tratado. Isto foi um primeiro sinal das limitações que estamos determinados a encarar no processo de adaptação. Alguns Aliados, no contexto dum conjunto satisfatório de disposições do tratado, estão prontos a considerar novas reduções onde seja possível.

8. O sistema de Limites Territoriais em si próprio limita de forma estrita os movimentos de um país para outro. As nossas propostas tornam claro que consideramos o ajustamento dos Limites Territoriais como um procedimento para ter em conta alterações a longo prazo das necessidades em matéria de segurança e não como uma maneira de obter flexibilidade táctica. De acordo com esta abordagem, propusemos que todos os ajustamentos dos Limites Territoriais acima dum nível de equipamento especificado fossem acordados por consenso das Partes do Tratado. Reafirmamos as nossas “medidas de estabilização específicas” propostas que, entre outras coisas, exigiriam que os Limites Territoriais de certos Estados Partes não deveriam ultrapassar os seus actuais níveis nacionais de existências máximas e não poderiam ser revistos para valores mais elevados. Neste contexto, alguns outros países poderiam estar dispostos, no quadro dum conjunto satisfatório de disposições do Tratado, a renunciar à flexibilidade do ajustamento dos limites, sujeitos a revisão numa data fixada.

Estacionamento

9. Em 14 de Março de 1997, o Conselho do Atlântico Norte declarou que: “No actual e no previsível ambiente de segurança, a Aliança executará a sua

missão de defesa colectiva e as suas outras missões assegurando a interoperacionalidade, integração e capacidade de reforço necessárias em vez de recorrer a um estacionamento permanente adicional de forças de combate substanciais”. Os governos dos 16 membros da Aliança reafirmam e os governos da República Checa, da Hungria e da Polónia associam-se integralmente a esta declaração.

10. Esta Declaração aplica-se a forças de combate terrestres e aéreas. Não se refere a quartéis-generais nem a outras actividades militares de apoio necessárias para satisfazer os nossos requisitos em matéria de reforço, interoperacionalidade e integração. Daremos outras provas das nossas intenções quanto a qualquer estacionamento futuro através do aumento da transparência em relação aos nossos planos e programas de defesa.

Mecanismos do Tratado

11. Face à natureza de longo prazo do Tratado, à função fundamentalmente limitativa do sistema dos Limites Nacionais e Territoriais, à existência de incertezas em matéria de segurança e à dificuldade de prever o futuro, torna-se importante que os Estados Partes possam gerir as crises no quadro do Tratado adaptado. O proposto Sistema de Movimentos Temporários acima dos Limites Territoriais destina-se a satisfazer esta necessidade. No cumprimento do nosso compromisso quanto a limitações, só utilizaremos as disposições sobre Movimentos Temporários dum Tratado adaptado de forma compatível com o reforço da estabilidade geral e regional na Europa. Qualquer desses movimentos utilizado com fins de gestão de crises deverá ter um efeito estabilizador. A sua dimensão, estrutura e composição deverá ser adequada à situação de crise subjacente às suas tarefas imediatas. Embora reservando o direito de, nos termos do Tratado adaptado, utilizar plenamente a flexibilidade dos Movimentos Temporários Excepcionais acima dos Limites Territoriais bem como a margem abaixo destes Limites, para enfrentar futuras contingências, no actual e no previsível ambiente de segurança, não contamos que haja circunstâncias que requeiram movimentos no território de qualquer Estado Parte em excesso dos níveis TLE que propusemos para os Movimentos Temporários Excepcionais. Além disso, procuraremos evitar qualquer concentração mais importante ou simultânea, potencialmente ameaçadora, de forças convencionais. Esperamos que os outros Estados Partes ajam com limitações semelhantes. Com este fim, declaramos:

- Não é nem será nossa política utilizar as disposições sobre Movimentos Temporários com fim de estacionar com carácter permanente forças de combate.
- Sem prejuízo do direito nacional de utilizar a margem abaixo dos Limites Territoriais, agiremos com limitações em relação aos níveis de quaisquer equipamentos temporariamente movimentados. Procuraremos utilizar plenamente qualquer margem, quando exista, antes de qualquer utilização do direito previsto no Tratado de efectuar Movimentos Temporários acima dos Limites Territoriais. Isto terá como efeito minimizar a quantidade total de equipamentos temporariamente acima dos Limites Territoriais.
- Analogamente, a nossa utilização das disposições sobre Movimentos Temporários Excepcionais (ETD) no quadro dum Tratado adaptado não será prática de rotina. No actual e no previsível ambiente de segurança, não imaginamos circunstâncias que requeiram o recurso frequente a ETD. Nem consideramos que o conceito desses movimentos se dirija contra qualquer país em particular.
- Como tal caso será invulgar, será acompanhado de medidas políticas apropriadas no quadro da OSCE, através das quais poderá ser explicada a natureza das circunstâncias excepcionais que terão dado lugar a um ETD. Propusemos que o Tratado adaptado inclua possibilidades significativamente reforçadas de transparência e verificação em ligação com qualquer desses movimentos.
- Garantiremos que a nossa utilização das flexibilidades do Tratado não implicará TLE além dos Limites Territoriais acima da quantidade permitida por um ETD.

12. Um aumento da transparência será essencial como base da nossa abordagem das questões atrás referidas e deverá proporcionar maiores possibilidades de controlar a observância, de acordo com o espírito de abertura actualmente prevalecente na Europa. Estamos a tomar medidas paralelas em Viena para dar maior transparência em relação a infra-estruturas militares novas ou substancialmente melhoradas e, num plano mais alargado, a actividades e acontecimentos militares significativos.

RESUMO FEITO PELO PRESIDENTE DA REUNIÃO DO CONSELHO DE PARCERIA EURO-ATLÂNTICO

Sede da OTAN, Bruxelas, 8 de Dezembro de 1998



1. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e os Representantes dos países membros do Conselho de Parceria Euro-Atlântico (CPEA) reuniram-se hoje em Bruxelas. O Secretário-Geral da União da Europa Ocidental também assistiu à reunião.

2. O Secretário-Geral da OTAN informou o CPEA acerca dos resultados da reunião do Conselho do Atlântico Norte que teve lugar hoje antes daquela.

3. Os Ministros trocaram pontos de vista sobre “Os desafios futuros da segurança e a cooperação OTAN-Parceiros no quadro do CPEA e da PFP”. Debateram em particular as situações na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo. Sublinharam a importância das consultas que tinha havido com os Parceiros acerca do Kosovo para os informar do estado do planeamento de contingência da OTAN e regozijaram-se com o aumento de oportunidades proporcionado pelo CPEA para estas consultas detalhadas. Em particular, os Ministros salientaram a urgência em encontrar uma solução política para a crise do Kosovo e a necessidade de as partes em conflito respeitarem plenamente as Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU. Os Ministros constataram o papel de apoio da OTAN e a estreita coordenação com a OSCE na ajuda ao restabelecimento da estabilidade e da segurança na região. Em relação à Bósnia, os Ministros regozijaram-se com o papel que a SFOR continua a desempenhar em apoio da plena implementação dos Acordos de Paz de Dayton.

4. Com base num relatório geral, os Ministros analisaram os progressos feitos na implementação do Documento Base do CPEA e no reforço da Parceria para a Paz. Trocaram pontos de vista sobre medidas eficazes para intensificar mais a cooperação no quadro CPEA/PFP.

5. Os Ministros trocaram pontos de vista sobre os trabalhos em curso relativos ao desenvolvimento dum quadro político-militar para as operações

da PFP dirigidas pela OTAN, que incluía a participação dos Parceiros no planeamento operacional e nos dispositivos de comando, bem como o envolvimento dos Parceiros nas consultas políticas e na tomada de decisões. Subscreveram o objectivo de concluir os trabalhos sobre aquele quadro até à Cimeira de Washington. Regozijaram-se com as primeiras medidas que foram tomadas para implementar o Processo de Planeamento e Análise da PFP (PARP) alargado e adaptado. Os Ministros regozijaram-se com a valiosa contribuição que foi dada à Parceria pelos 39 oficiais parceiros escolhidos para servirem em cargos internacionais nos 8 Elementos de Apoio da PFP em quartéis-generais da OTAN seleccionados. Os Ministros também tomaram nota dum conceito para centros de treino da PFP, que contribuirá para melhorar o treino, a formação e a interoperacionalidade, e dum quadro de orientação para estágios da PFP no Secretariado Internacional da OTAN. Os Ministros regozijaram-se com o início dos debates sobre as unidades multinacionais, elemento adicional da parceria mais operacional que se está a formar.

6. Os Ministros aprovaram e concordaram em tornar público um Plano de Acção do CPEA actualizado para 1998-2000, elaborado conjuntamente por todos os Estados membros do CPEA. Conforme o previsto no Plano de Acção e seguindo a prática estabelecida, os Ministros do CPEA concordaram que os Embaixadores dos seus países deveriam elaborar um programa de consultas e actividades de cooperação prioritárias a serem efectuadas no período até à próxima reunião.

7. Os Ministros regozijaram-se com a continuação dos trabalhos sobre a cooperação prática em matéria de segurança no quadro do CPEA e sublinharam a valiosa contribuição que a cooperação regional pode dar para a segurança e estabilidade geral da área euro-atlântica. Trocaram informações sobre vários esforços de cooperação regional.

8. Os Chefes de Estado e de Governo do CPEA reuniram-se em 25 de Abril de 1999 em Washington.

PLANO DE ACÇÃO ACTUALIZADO DO CONSELHO DE PARCERIA EURO-ATLÂNTICO (CPEA) PARA 1998 – 2000



SECÇÃO I

PLANEAMENTO A CURTO PRAZO

Organização do trabalho do CPEA (calendário de trabalho, entre reuniões ministeriais, incluindo as consultas políticas e as relacionadas com a segurança e a cooperação prática)

Como seguimento de cada reunião regular dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do CPEA, os Embaixadores do CPEA estabelecerão um calendário de trabalho para as consultas sobre questões políticas e relacionadas com a segurança bem como sobre as actividades de cooperação prática no âmbito do Plano de Acção do CPEA, até à reunião ministerial seguinte. Os temas a discutir nesse período serão ditados pelos acontecimentos políticos e relacionados com a segurança e terão em conta as últimas reuniões ministeriais, incluindo a reunião dos Ministros da Defesa do CPEA. O calendário pode ser ajustado conforme seja necessário. Outras reuniões, como no formato Aliança+n e outros formatos, serão programadas numa base caso a caso. O CPEA será mantido informado pelo seu Presidente sobre acontecimentos importantes ocorridos na Aliança.

Em conformidade com o Documento de Base do CPEA, as áreas específicas sobre as quais os Aliados e os Parceiros se consultarão no quadro do CPEA

podem incluir mas não ser limitadas a: assuntos políticos e relacionados com a defesa; gestão de crises; assuntos regionais; limitação dos armamentos; questões de proliferação e defesa nuclear, biológica e química (NBC); terrorismo internacional; planeamento e orçamentos da defesa e política e estratégia da defesa; impacto dos acontecimentos económicos na segurança. Pode também haver consultas e cooperação sobre questões como: planeamento civil de emergência e preparação contra catástrofes; cooperação em matéria de armamentos sob a égide da Conferência dos Directores Nacionais de Armamento (CNAD); segurança nuclear; questões ambientais relacionadas com a defesa; coordenação civil-militar da gestão e controlo do tráfego aéreo; cooperação científica; e questões relacionadas com as operações de apoio da paz.

Como método de trabalho, grupos abertos de membros do CPEA podem preparar, numa base ad hoc, documentos de reflexão sobre questões específicas ou assuntos de cooperação regional para estimular debates sobre pontos concretos e com vista a resultados na sessão plenária do CPEA. O plenário do CPEA transmitirá as ideias e sugestões para cooperação prática desenvolvidas neste quadro aos comités relevantes para o seguimento apropriado. Com base na experiência prática tirada da aplicação deste método de trabalho, o CPEA considerará a necessidade de o melhorar, adaptar ou alargar.

No período até Abril de 1999, os trabalhos preparatórios para a planeada reunião dos dirigentes do CPEA a realizar em conjunto com a Cimeira de Washington farão parte do calendário de trabalho.

SECÇÃO II

PROGRAMA A LONGO PRAZO PARA CONSULTAS E COOPERAÇÃO

Questões políticas e relacionadas com a segurança

Temas

1. Assuntos regionais
2. Cooperação com a OSCE e outras instituições internacionais sobre questões de segurança
3. Questões de cooperação prática
4. Outros temas a definir

Actividades

1. Seminários, jornadas de estudo, reuniões de peritos, exposições e intercâmbio de informação sobre a Bósnia-Herzegovina e o Kosovo
2. Debate sobre o papel dos centros de treino da PfP e do Consórcio da PfP das Academias de Defesa e Institutos de Estudos de Segurança na futura cooperação CPEA/PfP

Acontecimentos previstos para 1999

1. Dois seminários/jornadas de estudo sobre cooperação em matéria de segurança regional
2. Reuniões de peritos regionais da OTAN com peritos dos países Parceiros (datas a definir)

Comité de apoio

- CPEA em sessão do Comité Político

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional, Divisão dos Assuntos Políticos, Direcção Política

Planeamento da política

Tema

1. Questões de política externa e de segurança de médio e longo prazo

Actividades

1. Reuniões do Grupo Consultivo da Política Atlântica (APAG) da OTAN no formato Conselho de Parceria Euro-Atlântico

Acontecimentos previstos para 1999

1. Uma reunião do APAG no formato CPEA a realizar no Azerbaijão

Comité de apoio

- CPEA em sessão do Comité Político

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional, Divisão dos Assuntos Políticos, Direcção Política

Limitação dos armamentos, desarmamento e não proliferação

Temas

1. Limitação dos armamentos
2. Esforços políticos e de defesa contra a proliferação das armas nucleares, biológicas e químicas e dos mísseis
3. Tráfico de armas, controlo das transferências de armas ligeiras e maneiras de estimular a desminagem

Actividades

1. Consultas e reuniões de peritos

Acontecimentos previstos para 1999

1. Uma reunião do CPEA/CP com peritos de desarmamento (d. a d.)

Comité de apoio

- CPEA em sessão do Comité Político

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional, Divisão dos Assuntos Políticos, Direcção Política; Divisão de Planeamento da Defesa e Operações

Implementação dos acordos de limitação dos armamentos

Tema

1. Limitação dos armamentos convencionais, sua implementação e verificação

Actividades

1. Consultas, reuniões de peritos, seminários, jornadas de estudo
2. Treino e cursos consagrados à implementação da limitação dos armamentos

Acontecimentos previstos para 1999

1. Dois cursos sobre a orientação geral da limitação dos armamentos na Escola OTAN de Oberammergau para todos os membros do CPEA (22-26 Fevereiro e 17-21 Maio 1999)
2. Continuação e adaptação do programa de Equipas Multinacionais Conjuntas de Inspeção para Parceiros da Cooperação signatários do CFE
3. Continuação da utilização e desenvolvimento da base de dados VERITY
4. Seminário(s) sobre a implementação dos acordos de limitação dos armamentos convencionais (incluindo o CFE) conforme apropriado

Comité de apoio

- Comité de Verificação e Coordenação

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional, Divisão dos Assuntos Políticos, Direcção Política

Terrorismo internacional

Tema

1. Identificação das ameaças do terrorismo internacional

Actividades

1. Reuniões com o Comité Especial da OTAN

Acontecimentos previstos para 1999

1. Reuniões do CPEA/CP com o Comité Especial (d. a d.)

Comité de Apoio

- Comité Especial no formato CPEA

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional/Gabinete de Segurança da OTAN

Manutenção da paz

Temas

1. Entendimento comum dos conceitos e princípios relacionados com as operações de manutenção da paz, incluindo:
 - aspectos humanitários da manutenção da paz e relações entre civis e militares;
 - ensinamentos colhidos nas operações de manutenção da paz
2. Quadro político-militar para as operações da PfP dirigidas pela OTAN

Actividades

1. Reuniões do Grupo Ad Hoc do CPEA/PMSC sobre Cooperação na Manutenção da Paz, convidando, quando apropriado, organizações internacionais e outros grupos relevantes (d. a d.). Contactos e diálogo alargados com a ONU e a OSCE sobre as abordagens conceptuais da manutenção da paz
2. Reuniões do Grupo de Coordenação da Política com os Parceiros do Conselho de Parceria Euro-Atlântico

Acontecimentos previstos para 1999

- Um seminário sobre os aspectos humanitários das operações de manutenção da paz (d. a d.)

Comité de apoio

- Grupo Ad Hoc do CPEA/PMSC sobre Cooperação na Manutenção da Paz
- Grupo de Coordenação da Política

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional, Divisão dos Assuntos Políticos, Direcção Política; Divisão de Planeamento da Defesa e Operações

Questões económicas da defesa

Temas

1. Questões relacionadas com a defesa:
 1. Gestão dos recursos nas despesas com a defesa
 2. Transparência no planeamento e orçamentos da defesa
 3. Transição dum exército de conscrição para um exército profissional
 4. Encerramento de bases militares
 5. Reestruturação das indústrias de defesa (incluindo a privatização)

2. Aspectos relacionados com a segurança dos acontecimentos económicos – questões escolhidas (por ex., cooperação regional, economia paralela, tendências dos investimentos)
3. Aspectos económicos da parceria reforçada

Actividades

1. Seminários, jornadas de estudo, reuniões de peritos, colóquio anual

Acontecimentos previstos para 1999

1. Seminário em Skopje sobre “Relacionamento das Infra-estruturas e Cooperação Económica Transfronteiriça no Sueste da Europa” (Março 1999)
2. Seminário em Vilna sobre “Análise Custo/Benefício nas Despesas de Defesa” (Maio 1999)
3. Colóquio Económico Anual da OTAN (Junho 1999)
4. Seminário em Riga sobre “Aspectos Económicos da Gestão de Bases Militares” (Outubro 1999)
5. Reunião sobre “Avaliação Financeira e Planeamento dos Orçamentos e Despesas da Defesa” (d. a d.)
6. Seminário em Viena sobre “O Papel do Sector Privado na Defesa” (a confirmar – d. a d.)
7. Intercâmbio de informação sobre “O Custo Real da Defesa Medido em Paridade de Poder de Compra” (formato a definir)

Comité de apoio

- CPEA em sessão do Comité Económico

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional/Divisão de Assuntos Políticos/Direcção de Economia, em coordenação com outras divisões quando necessário

Ciência

Temas

1. Participação no programa Ciência para a Paz
2. Cooperação com outros programas científicos da OTAN envolvendo, primariamente mas não exclusivamente, áreas prioritárias a definir anualmente em consultas com os países Parceiros

Actividades

1. Apoio a projectos de ciência aplicada e de tecnologia ligados a problemas industriais, ambientais ou relacionados com a segurança
2. Reunião do Comité Científico no formato CPEA pelo menos uma vez por ano
3. Participação de cientistas dos países Parceiros em instituições de estudos avançados (ASI) e em jornadas de estudo de investigação avançada (ARW), bem como a realização de encontros destes em países Parceiros
4. Participação de cientistas dos países Parceiros em subsídios para investigação em colaboração, subsídios para gemação, bolsas de estudo científicas e subsídios para visitas de peritos
5. Envio das actas das reuniões científicas da OTAN para uma biblioteca central de cada país Parceiro apropriado e envio de outra bibliografia sobre o Programa Científico aos cientistas dos países Parceiros
6. Patrocínio de visitas de peritos dos países Parceiros quando convidados pelos directores de projectos a países membros da OTAN
7. Ajuda aos Parceiros através da rede de relatores e peritos da OTAN
8. Exame da forma como as redes de computadores podem facilitar os contactos e promover uma cooperação mais eficaz entre os cientistas através da utilização de subsídios para infra-estruturas de redes e de subsídios para suplementos de gemação de redes

Comité de apoio

- Comité Científico no formato CPEA

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional/Divisão de Assuntos Científicos e Ambientais

Desafios da sociedade moderna

Temas

1. Questões ambientais relacionadas com a defesa

2. Temas de estudo piloto adicionais de interesse para os Parceiros

Actividades

1. Reunião do Comité para os Desafios da Sociedade Moderna (CCMS) no formato CPEA pelo menos uma vez por ano
2. Participação de peritos dos Parceiros em reuniões, jornadas de estudo, conferências e seminários sobre estudos piloto e realização de reuniões sobre estudos piloto nos países Parceiros
3. Divulgação aos Parceiros de informação sobre estudos piloto, jornadas de estudo, conferências e seminários do CCMS, bem como de relatórios aprovados
4. Os temas de estudos piloto seguintes, em vista para o ano de 1999, serão revistos anualmente, daí em diante, em consultas com os Parceiros:
 - Aspectos ambientais da reutilização de antigos terrenos militares
 - Protecção das populações civis contra derrames de matérias tóxicas durante o transporte de cargas militares
 - Gestão de resíduos tóxicos industriais e de substâncias em investigação
 - Avaliação das tecnologias, já experimentadas e novas, de tratamento de terrenos e águas subterrâneas contaminados
 - Metodologia, objectivos, apreciação e âmbito da avaliação do impacte ambiental
 - Ambiente e segurança num contexto internacional
 - Sistemas de gestão ambiental no sector militar
5. Análise activa de novas propostas de estudos piloto feitas quer por países da OTAN quer por países Parceiros
6. Seguimento das Jornadas de Estudo sobre Actividades Militares no Ambiente, realizadas em Varsóvia de 8 a 10 de Junho de 1998

Comité de apoio

- Comité para os Desafios da Sociedade Moderna no formato CPEA

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional/Divisão de Assuntos Científicos e Ambientais

Informação

Temas

1. Contribuição para uma melhor conhecimento da OTAN e da sua política e para um debate melhor informado sobre questões de segurança
2. Exploração das expectativas, incluindo as da opinião pública, quanto ao programa de informação

Actividades

1. A informação acerca da OTAN e da sua política será fornecida a audiências alvo dos países Parceiros, incluindo instituições e organizações seleccionadas, em cooperação com estes países, através designadamente das embaixadas dos países membros da OTAN, servindo de pontos de contacto, e de outros canais de ligação diplomáticos
2. Continuação e intensificação da cooperação em matéria de informação com instituições estabelecidas nos países Parceiros interessados e capazes de proporcionarem as necessárias instalações, pessoal de apoio e serviços
3. Visitas à OTAN de grupos alvo
4. Patrocínio dum certo número de peritos dos países Parceiros para participarem, em países da Aliança, em seminários relacionados com a segurança
5. Co-patrocínio, com países Parceiros, de seminários/jornadas de estudo em países Parceiros
6. Palestras por conferencistas da OTAN em países Parceiros
7. Bolsas de estudo para universitários (apoio individual e institucional)
8. Aumento da divulgação de documentação e material de informação da OTAN nas línguas dos Parceiros e divulgação de informação por meios electrónicos
9. Distribuição de material de video e fotos da OTAN
10. Excursões da imprensa aos países da OTAN e Parceiros

Acontecimentos previstos para 1999

1. Uma reunião do Comité de Informação e Relações Culturais (CICR) com os parceiros do CPEA (d. a d.)
2. 50.º aniversário da OTAN

3. Conferência para comemorar os 5 anos da PFP na Roménia

Comité de apoio

- Comité de Informação e Relações Culturais (CICR) no formato Conselho de Parceria Euro-Atlântico

Pessoal de apoio

- Secretariado Internacional/Gabinete de Informação e Imprensa

SECÇÃO III

PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA
E PREPARAÇÃO CONTRA CATÁSTROFES

Temas

1. Planeamento Civil de Emergência e Preparação contra Catástrofes

Actividades

1. Desenvolvimento duma capacidade euro-atlântica de reacção a catástrofes (este esforço incluirá a cooperação com os órgãos da ONU responsáveis pela ajuda em catástrofes)

Comité de apoio

- Alto Comité do Planeamento Civil de Emergência no formato CPEA

Pessoal de apoio

- EADRCC, Secretariado Internacional/Divisão de Infra-estruturas, Logística e Planeamento Civil de Emergência. Autoridades militares da OTAN conforme apropriado.

SECÇÃO IV

ÁREAS DE COOPERAÇÃO DA PFP

Conforme o estipulado pelo Documento de Base do CPEA, a Parceria para a Paz na sua forma reforçada será um elemento claramente identificável no seio do quadro flexível criado pelo Conselho de Parceria Euro-Atlântico. A PFP manterá o carácter Aliança+1 que se reflecte nos Programas de Parceria Individuais, bem como o princípio da auto-diferenciação. Neste

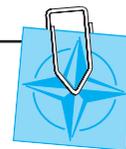
contexto, a PFP proporcionará um âmbito mais alargado para as actividades de cooperação regional.

Os temas e actividades assumidos pela PFP estão incluídos no Programa de Trabalho da Parceria, que é um documento diferente. Abaixo está uma lista das áreas de cooperação genéricas acordadas, que será actualizada de dois em dois anos.

1. Assuntos relacionados com a Defesa Aérea (ADF)
2. Gestão/Controlo do Espaço Aéreo (ASM)
3. Consultas, Comando e Controlo, incluindo Sistemas de Comunicações e Informação, Sistemas de Navegação e Identificação, Aspectos, Procedimentos e Terminologia da Interoperacionalidade (C3)
4. Planeamento Civil de Emergência (PCE)
5. Gestão de Crises (CRM)
6. Controlo Democrático das Forças e Estruturas de Defesa (DCF)
7. Planeamento da Defesa, Orçamentos e Gestão dos recursos (DPB)
8. Planeamento, Organização e Gestão dos Programas Nacionais de Aquisições da Defesa e Cooperação Internacional no Domínio dos Armamentos (DPM)
9. Política e Estratégia da Defesa (DPS)
10. Planeamento, Organização e Gestão da Investigação e Tecnologia da Defesa Nacional (DRT)
11. Geografia Militar (GEO)
12. Treino de Línguas (LNG)
13. Logística de Consumo (LOG)
14. Serviços de Saúde (MED)
15. Apoio Meteorológico às Forças da OTAN e Parceiros (MET)
16. Infra-estrutura Militar (MIF)
17. Defesa e Protecção NBC (NBC)
18. Aspectos Conceptuais, de Planeamento e Operacionais da Manutenção da Paz (KG)
19. Aspectos Operacionais, de Material e Administrativos da Normalização (STD)
20. Exercícios Militares e Actividades de Treino com eles Relacionadas (TEX)
21. Formação, Treino e Doutrina Militares (TRD)

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO OTAN-UCRÂNIA

Reunião a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros, Bruxelas, 9 Dezembro 1998



A Comissão OTAN-Ucrânia reuniu-se hoje em sessão dos Ministros dos Negócios Estrangeiros na sede da OTAN em Bruxelas. Os Ministros assistiram à assinatura pelo Secretário-Geral da OTAN Javier Solana e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia Borys Tarasyuk dum Memorando de Entendimento entre a OTAN e a Ucrânia sobre a nomeação de dois Oficiais de Ligação da OTAN em Kiev. Estes oficiais procurarão facilitar a plena participação da Ucrânia na PFP e reforçar os contactos entre as autoridades da OTAN e da Ucrânia. A OTAN espera nomear os dois oficiais no princípio de 1999.

Os Ministros analisaram a vasta gama de projectos iniciados em 1998 para implementar a Carta OTAN-Ucrânia e debateram e aprovaram o caminho a seguir para as actividades a serem implementadas em 1999. Os Ministros acordaram que estas realizações são indicativas da continuação do desenvolvimento e melhoria da parceria especial entre a OTAN e a Ucrânia.

Os Ministros da OTAN regozijaram-se com o anúncio pela Ucrânia do "Programa de Estado para a Cooperação com a OTAN até ao Ano 2001", recentemente aprovado pelo Presidente da Ucrânia Leonid Kuchma, como sinal evidente do empenhamento da Ucrânia num relacionamento fecundo com a OTAN.

Os Ministros constataram com satisfação a continuação dos trabalhos do Grupo de Trabalho Conjunto sobre a Reforma da Defesa, que foi criado este ano para facilitar as reformas em curso nas instituições de defesa da Ucrânia. Regozijaram-se com o facto de a Comissão OTAN-Ucrânia se ir reunir em sessão dos Ministros da Defesa a 18 de Dezembro de 1998 para analisar as realizações e as prioridades no domínio da defesa.

A Comissão também efectuou uma consulta política sobre a questão da prevenção de conflitos e gestão de crises, tendo dado especial atenção aos ensinamentos a tirar da experiência comum na ex-Jugoslávia. Os Ministros debateram uma vasta gama de problemas relacionados com a segurança e a estabilidade na Europa, tendo-se verificado uma convergência substancial das opiniões no seio da Comissão. Os Ministros da OTAN apreciaram a contribuição dada pela Ucrânia para a SFOR e para a Missão de Verificação Aérea da OTAN no Kosovo.

Os Ministros acordaram que a primeira reunião Cimeira da Comissão deveria ter lugar em Washington em Abril de 1999 no quadro das actividades planeadas para comemorar o 50.º aniversário da OTAN.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO CONJUNTO PERMANENTE OTAN-RÚSSIA



Reunião a nível ministerial, Bruxelas, 9 de Dezembro de 1998

O Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia (CCP) reuniu-se a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros na Quarta-feira, 9 de Dezembro de 1998, em Bruxelas.

Os Ministros realçaram a importância do fundamentalmente novo relacionamento iniciado com o Acto Fundador OTAN-Rússia e regozijaram-se com os progressos feitos até agora no desenvolvimento duma parceria forte, estável e duradoura com base no interesse comum, na reciprocidade e na transparência. Sublinharam em particular a utilidade do papel desempenhado pelo CCP na promoção de consultas, coordenação e acção conjunta, bem como a necessidade de desenvolver mais o seu potencial para o aprofundamento da cooperação entre a OTAN e a Rússia.

Ao analisarem a implementação do Programa de Trabalho do CCP para 1998 desde a sua última reunião, os Ministros constataram, entre outras coisas, as consultas efectuadas sobre a contribuição dada pela OTAN e pela Rússia e o papel do CCP para a criação duma arquitectura de segurança na região euro-atlântica, sobre as questões da não proliferação, sobre o desarmamento e a limitação dos armamentos, sobre as actividades de informação, sobre os aspectos militares das medidas para promover a cooperação, a transparência e a confiança entre a OTAN e a Rússia, bem como sobre os programas de desenvolvimento das infra-estruturas.

Regozijaram-se com a realização, em 19 de Novembro de 1998 em Moscovo, da reunião inaugural do Comité Conjunto OTAN-Rússia de Cooperação Científica e Tecnológica e analisaram o trabalho em curso a nível de peritos no domínio da manutenção da paz. Realçaram os progressos feitos no estudo das possibilidades de cooperação em matéria de armamentos e regozijaram-se com o recente acordo sobre a criação dum Centro Conjunto OTAN-Rússia de Informação e Consulta em Moscovo sobre a Reciclagem de Pessoal Militar Afastado do Serviço.

Os Ministros debateram as negociações em curso sobre a adaptação do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE). Estão determinados a tomar todas as medidas necessárias para concluir logo que possível a adap-

tação do Tratado em conformidade com a Declaração publicada pelo Conselho Ministerial da OSCE em Oslo.

Acordaram num Plano de Trabalho detalhado do Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia para 1999, definindo uma vasta gama de temas para consultas que continuarão a promover a transparência e a confiança entre a OTAN e a Rússia nos domínios da política e relacionados com a defesa, bem como várias actividades de cooperação prática, como projectos nos domínios do planeamento civil de emergência e da cooperação em questões ambientais relacionadas com a defesa.

Os Ministros analisaram a situação na Bósnia-Herzegovina e à sua volta. Exortaram todas as partes do Acordo de Paz a aumentarem os seus esforços para o implementar plenamente e, assim, criar as condições para um futuro pacífico, estável e próspero. Realçaram o valor da permanente cooperação militar OTAN-Rússia no terreno no seio da SFOR bem como as consultas regulares efectuadas a este respeito no quadro do CCP.

No mesmo contexto, os Ministros debateram a situação no Kosovo. Sublinharam a necessidade duma resolução política do conflito e apelaram a uma coordenação estreita dos esforços das organizações internacionais e regionais envolvidas no processo. Deram grande valor às consultas intensivas efectuadas no quadro do Conselho Conjunto Permanente, que ajudaram a clarificar as posições dos dois lados. Os Ministros manifestaram a sua preocupação acerca das contínuas violações do cessar-fogo e sublinharam a necessidade duma imediata e completa observância por todas as partes do conflito das Resoluções 1160, 1199 e 1203 do Conselho de Segurança da ONU.

Os Ministros ficaram satisfeitos com os progressos da cooperação militar entre a OTAN e a Rússia, incluindo a participação de unidades russas no exercício "Cooperative Assembly" que teve lugar na Albânia em Agosto. Regozijaram-se com os progressos feitos nas negociações para o estabelecimento duma Missão de Ligação Militar da OTAN em Moscovo e constataram com satisfação a bem sucedida visita da Força Naval Permanente (Atlântico) da OTAN ao porto de Sampetersburgo.

REUNIÃO DO CONSELHO DO ATLÂNTICO NORTE EM SESSÃO DOS MINISTROS DA DEFESA



Comunicado final, Bruxelas, 17 de Dezembro de 1999

1. O Conselho do Atlântico Norte reuniu-se em sessão dos Ministros da Defesa em Bruxelas a 17 de Dezembro de 1998.

2. Aguardamos com expectativa a reunião Cimeira do Conselho do Atlântico Norte que terá lugar em Washington a 24 e 25 de Abril de 1999. Nessa ocasião histórica, a Aliança comemorará o 50o aniversário do Tratado de Washington, que lançou as bases duma parceria única e duradoura entre os Aliados europeus e norte-americanos. Em Washington, os nossos Chefes de Estado e de Governo apresentarão uma visão comum duma Aliança renovada capaz de enfrentar, com eficácia reforçada, os desafios de segurança do século XXI.

3. Estamos decididos a desempenhar plenamente o nosso papel ao pôr em prática esta visão e ao permitir à Aliança continuar a executar toda a gama das suas missões. Hoje, analisámos os progressos realizados na implementação das decisões da Cimeira de Madrid no domínio da defesa, debatemos as nossas capacidades de defesa e demos directivas para os trabalhos adicionais de preparação para a Cimeira de Washington. Também analisámos a evolução da situação na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo.

4. Examinámos o futuro da SFOR no contexto das decisões do Conselho de Implementação da Paz na sua reunião de Madrid de 15 e 16 de

Dezembro de 1998. Embora tenha havido, nos últimos meses, progressos na implementação dos aspectos civis do Acordo de Paz de Dayton, estamos preocupados porque ainda há muito a fazer. Em particular, concordámos com um apelo a favor dum regresso acelerado dos refugiados e das pessoas deslocadas, especialmente para as áreas das minorias. Como Ministros da Defesa, continuamos empenhados em ajudar a alcançar uma paz auto-sustentável na Bósnia-Herzegovina e exortamos as suas autoridades a desempenharem plenamente o seu papel para que isto seja conseguido. A presença da SFOR não reduz a sua obrigação de assegurar a estabilidade do seu país. Deve ser evitada a instauração dum espírito de dependência. Como foi claramente dito pelo Conselho de Implementação da Paz, as autoridades da Bósnia-Herzegovina devem assumir progressivamente uma maior responsabilidade das funções que estão agora a ser desempenhadas ou coordenadas pela comunidade internacional.

5. Não tencionamos manter indefinidamente a presença da SFOR aos níveis actuais. Na nossa reunião de Junho passado, encarregámos o Conselho do Atlântico Norte em Sessão Permanente de proceder a um conjunto de revisões gerais sobre o futuro da força, a intervalos não superiores a seis meses, em consultas com os outros contribuintes de tropas. Na semana passada, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Aliança analisaram a primeira destas revisões e, hoje, nós aprovámos os resultados. Ao analisarmos em particular a

dimensão e configuração da SFOR, decidimos que não há razão, actualmente, para grandes mudanças nem para alterar a sua missão. Contudo, concordámos em tomar medidas para começar a racionalizar a SFOR. Também demos instruções às nossas autoridades militares para estudarem opções quanto a possíveis ajustamentos a mais longo prazo e mais substanciais da dimensão e estrutura futuras da SFOR. As decisões sobre futuras reduções serão tomadas em função do progresso na implementação do Acordo de Paz.

6. Analisámos os progressos no programa de cooperação em matéria de segurança entre a OTAN e a Bósnia-Herzegovina, que tem como objectivo contribuir para a estabilidade na região e promover a reconciliação entre as instituições de defesa bósnias, inclusive através do desenvolvimento de dispositivos centrais de defesa como o Comité Permanente sobre Questões Militares.

7. A SFOR continua a desempenhar um papel essencial na manutenção da paz e da estabilidade e na criação dum ambiente seguro na Bósnia-Herzegovina, contribuindo assim de maneira significativa para fazer progredir a tarefa da reconstrução da Bósnia-Herzegovina como um Estado unitário, democrático e multiétnico. Constatámos o apoio constante e eficaz dado à implementação dos aspectos civis dos Acordos de Paz, incluindo a ajuda dada ao Alto Representante e a outros organismos internacionais, como o Alto Comissário da ONU para os Refugiados, a Missão da ONU na Bósnia-Herzegovina, o Grupo Internacional de Polícia da ONU, o Tribunal Criminal Internacional da ONU para a ex-Jugoslávia e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. A SFOR também dá apoio às forças armadas das Entidades na condução de operações de desminagem humanitária, como contributo essencial para a reconstrução e recuperação civis. A Unidade Multinacional Especial tem constituído um meio útil para reforçar a flexibilidade e a eficácia da SFOR. Manifestamos a nossa maior gratidão aos homens e mulheres da SFOR que têm desempenhado de forma incansável a sua tarefa ao serviço da paz e da reconciliação.

8. Em relação à crise no Kosovo, regozijamo-nos com o acordo concluído entre a República Federal da Jugoslávia (RFJ) e a OTAN criando a missão de verificação aérea, que complementa a missão terrestre da OSCE, para verificar a observância das Resoluções 1199 e 1203 do Conselho de Segurança da ONU. A pressão constante da comunidade internacional foi muito importante para conseguir estes resultados e evitar uma catástrofe humanitária assim como o foi, e ainda é, a ameaça de utilização do poder aéreo da OTAN. Tencionamos manter esta pressão. A OTAN, com a participação dos Parceiros, continuará a verificar a observância através da execução da missão de verificação aérea sobre o Kosovo, operação "Eagle Eye". Regozijamo-nos com o destacamento inicial da missão de verificação da OSCE e constatamos com satisfação a cooperação e coordenação estreitas com a OSCE nesta tarefa, incluindo os mecanismos para troca de informações que permitirão que o Conselho Permanente da OSCE e o CAN recebam relatórios oportunos e precisos sobre a situação no Kosovo. A OTAN comunicará periodicamente ao Secretário-Geral da ONU a sua opinião sobre a observância.

9. Lembramos às autoridades da RFJ as suas responsabilidades, inclusive quanto à segurança dos verificadores no Kosovo. No entanto, para permitir a retirada dos verificadores em caso de emergência, a OTAN está a destacar para a ex-República Jugoslava da Macedónia uma Força de Evacuação, operação "Joint Guarantor". Muito apreciamos a cooperação e apoio do governo deste país proporcionando instalações para as operações da OTAN.

10. Estamos preocupados com a continuação da violência no Kosovo, particularmente face aos recentes incidentes, e exortamos todas as partes a renunciarem a todas as formas de violência e de comportamento provocatório, a observarem estritamente todas as Resoluções pertinentes da ONU e a resolverem a crise no Kosovo através de negociações livres e abertas com a participação da comunidade internacional num espírito de compromisso e reconciliação. Juntamo-nos aos Ministros dos Negócios Estrangeiros na expressão dum apoio a uma solução política que proporcione um estatuto reforçado para o Kosovo, um grau de autonomia substancialmente maior e uma verdadeira autonomia administrativa e que, ao mesmo tempo, preserve a integridade territorial da RFJ e salvguarde os direitos do homem e os direitos cívicos de todos os kosovares, qualquer que seja a sua origem étnica. Estamos convencidos de que a estabilidade no Kosovo está ligada à democratização da RFJ e apoiamos os que estão genuinamente empenhados neste processo.

11. Regozijamo-nos com a ratificação por todos os parlamentos da Aliança dos protocolos de acesso da República Checa, da Hungria e da Polónia e aguardamos com expectativa a acesso dos nossos novos Aliados

antes da Cimeira de Washington. Desde as nossas últimas reuniões, novas medidas foram tomadas para envolver a República Checa, a Hungria e a Polónia o mais estreitamente possível nas actividades da Aliança. Os três países convidados continuam a preparar-se para as responsabilidades e obrigações militares como membros da Aliança. Estão a fazer progressos na implementação dos Objectivos de Forças Pretendidos definidos para eles. Através em particular do processo de satisfação destes objectivos de planeamento, que respeitam a requisitos militares prioritários da OTAN, os três países convidados estão a colaborar com as Autoridades Militares da OTAN para assegurar que as suas forças armadas e as suas estruturas militares satisfarão os requisitos da Aliança nas áreas essenciais na preparação para a adesão.

12. Nós, como Ministros da Defesa, reafirmamos que se mantém aberta a porta para novas adesões à OTAN nos termos do Artigo 10 do Tratado do Atlântico Norte e de acordo com o parágrafo 8 da Declaração da Cimeira de Madrid. Examinámos um relatório sobre o diálogo intensificado referente às questões da adesão. O Conselho em Sessão Permanente elaborará para a Cimeira de Washington um conjunto completo de medidas para continuar o processo do alargamento, concretizar o nosso compromisso da política de porta aberta e salientar a nossa disposição de ajudar os países candidatos a satisfazer às normas da OTAN.

13. Aprovámos um relatório geral descrevendo os progressos feitos nos últimos meses na adaptação interna da Aliança, que se centra nas seguintes áreas inter-relacionadas: a nova estrutura de comando militar da Aliança; o conceito das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais (CJTF); e a Identidade de Segurança e Defesa Europeia (ISDE). Os objectivos fundamentais desta adaptação são reforçar a eficácia militar da Aliança para toda a gama das suas missões, preservar o elo transatlântico e desenvolver a ISDE no seio da Aliança. A OTAN continuará a ser o fórum essencial de consultas entre os seus membros e a instância onde acordem as políticas sobre os compromissos de segurança e defesa assumidos nos termos do Tratado de Washington.

14. Aprovámos um plano detalhado apresentado pelas Autoridades Militares da OTAN para a implementação da nova estrutura de comando militar da OTAN. Este plano constitui uma etapa importante da transição para a nova estrutura de comando acordada o ano passado. O nosso objectivo é concluir os preparativos para uma decisão única e irreversível do Conselho, que aprovará simultaneamente os pedidos de activação dos 20 quartéis-generais da nova estrutura de comando no princípio de Março de 1999. Encarregámos as Autoridades Militares da OTAN de prosseguir energeticamente o seu trabalho para permitir ao Conselho tomar esta decisão na altura prevista. A nova estrutura de comando será funcional, militarmente eficaz e com boa relação custo-eficácia. Também nos permitirá estabelecer dispositivos de comando europeus capazes de preparar, apoiar, conduzir e comandar operações dirigidas pela UEO.

15. As Forças Operacionais Combinadas Multinacionais (CJTF) constituem um elemento essencial da adaptação interna da Aliança. Proporcionarão a flexibilidade militar necessária para efectuar uma vasta gama de operações de contingência. Também facilitarão o envolvimento de países não membros da Aliança em operações dirigidas pela UEO. Além disso, o proporcionar quartéis-generais CJTF para operações dirigidas pela UEO utilizando meios e capacidades da OTAN representa um instrumento importante para o desenvolvimento da ISDE no seio da Aliança. A segunda fase da implementação do conceito das CJTF, que tem em conta os ensinamentos colhidos com os dois primeiros ensaios de CJTF, está agora em curso. Dela resultará uma avaliação profunda da capacidade da Aliança para destacar quartéis-generais CJTF de pequena e grande dimensão, baseados em terra e no mar, e da necessidade de designar quartéis-generais de origem suplementares para os núcleos dos quartéis-generais CJTF. Os resultados deste trabalho, esperados para Março de 1999, serão a base da terceira e última fase da implementação do conceito das CJTF da Aliança.

16. Muito já foi feito para a construção da ISDE no seio da Aliança, de acordo com o mandatado pelos Ministros nas suas reuniões de Berlim e Bruxelas de Junho de 1996. Os preparativos para as operações dirigidas pela UEO utilizando meios e capacidades da Aliança estão agora bem avançados. Estes importantes trabalhos são efectuados numa estreita cooperação e em consultas entre a OTAN e a UEO. Em conformidade com o princípio das capacidades separáveis mas não separadas, os trabalhos recentes centraram-se sobre:

- a elaboração de mecanismos conjuntos, claros e plenamente compatíveis, para as consultas OTAN-UEO em caso de crise susceptível de dar lugar a uma operação dirigida pela UEO utilizando meios e capacidades da Aliança;

- continuação do trabalho sobre os mecanismos para a cedência, controlo e regresso ou devolução dos meios e capacidades da OTAN no quadro de operações dirigidas pela UEO;
- o envolvimento da UEO no processo de planeamento da defesa da Aliança; no quadro deste processo, a UEO deu novamente a sua contribuição à Directiva Ministerial da OTAN para 1998;
- a incorporação dos requisitos para as operações dirigidas pela UEO no planeamento e exercícios militares da OTAN;
- treinos e exercícios destinados a ensaiar e melhorar vários mecanismos para o apoio da OTAN a uma operação dirigida pela UEO; as jornadas de estudo conjuntas OTAN-UEO sobre gestão de crises, realizadas em Setembro, ajudaram a validar os mecanismos de consulta OTAN-UEO no caso duma operação dirigida pela UEO utilizando meios e capacidades da OTAN; e um seminário conjunto sobre gestão de crises a ser realizado em Fevereiro de 1999 para pôr em prática estes mecanismos abrirá o caminho para um exercício conjunto OTAN-UEO de gestão de crises em 2000.

17. À medida que o desenvolvimento da Identidade de Segurança e Defesa Europeia no seio da Aliança vai tomando forma, as relações de cooperação OTAN-UEO visando assegurar uma coordenação detalhada entre as duas organizações estão a ser constantemente reforçadas, inclusive através das consultas no Conselho Conjunto OTAN-UEO. Regozijamo-nos com a importante contribuição dada ao desenvolvimento da Identidade de Segurança e Defesa Europeia pelo Conselho de Ministros da UEO em Roma a 16 e 17 de Novembro.

18. Encarregámos o Conselho em Sessão Permanente de prosseguir energicamente os trabalhos sobre as questões pendentes relacionadas com a adaptação interna da Aliança e, em particular, assegurar que os elementos essenciais da ISDE estão definidos, conforme o estabelecido no relatório que nos foi apresentado, até à Cimeira de Washington. Também esperamos que o Conselho faça recomendações sobre a melhor maneira de reforçar ainda mais a eficácia da ISDE no seio da Aliança, incluindo a contribuição dada por todos os Aliados europeus, para além da Cimeira de Washington.

19. Constatámos o progresso que foi realizado quanto à revisão, e actualização quando necessária, do Conceito Estratégico da Aliança, conforme o mandatado pelos nossos Chefe de Estado e de Governo na sua reunião Cimeira de Madrid de Julho de 1997. Este trabalho deve garantir que o Conceito Estratégico seja plenamente compatível com o novo ambiente de segurança da Aliança. Deverá reafirmar o nosso empenhamento na defesa colectiva e no elo transatlântico e garantir que a Aliança está pronta e dispõe duma vasta gama de capacidades para melhorar as condições de segurança e estabilidade dos países da área euro-atlântica no século XXI, inclusive através do diálogo, cooperação e parceria e, quando apropriado, de operações não do Artigo 5, como a da Bósnia-Herzegovina, com a eventual participação dos parceiros. O Conselho em Sessão Permanente foi encarregado de prosseguir energicamente este trabalho, cujos resultados serão apresentados aos nossos Chefes de Estado e de Governo na sua reunião Cimeira em Washington em Abril do próximo ano. Como Ministros da Defesa, consideramos de particular importância garantir que o Conceito Estratégico actualizado dê orientação para o desenvolvimento de capacidades militares apropriadas para toda a gama de missões da Aliança.

20. Para apoiar a capacidade da Aliança para executar toda a gama das suas missões, foi posto em marcha um trabalho para desenvolver propostas para uma iniciativa sobre as capacidades de defesa, que poderia ser aprovada na Cimeira de Washington. Com base nos progressos alcançados até agora, esta iniciativa poderia visar o desenvolvimento duma avaliação comum dos requisitos para toda a gama de operações militares e, com ênfase particular na tecnologia e na interoperacionalidade, especialmente em áreas como a logística e o comando, controlo e comunicações, e ter em conta as capacidades que são críticas para a boa execução de operações militares conjuntas, tais como a prontidão, subsistência, sobrevivência e empenhamento eficaz, tendo em consideração a orientação que será dada pelo Conceito Estratégico actualizado.

21. Recebemos um relatório geral indicando detalhadamente os novos progressos feitos na implementação do Documento Base do CPEA e da Parceria para a Paz reforçada. O processo lançado em Sintra em Maio de 1997 está a ter como consequência um fórum de consultas mais eficaz e uma Parceria mais operacional, melhorando assim a possibilidade de os Aliados e

os Parceiros contribuírem para a segurança e estabilidade euro-atlântica através das consultas políticas e da cooperação prática.

22. O CPEA também confirmou o seu valor como fórum de consultas políticas sobre a situação na ex-Jugoslávia, inclusive na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo. O Centro Euro-Atlântico de Coordenação da Reacção a Catástrofes, que foi criado na Primavera passada para ajudar a reforçar a cooperação prática no domínio da ajuda internacional em caso de catástrofe, já participou na coordenação da ajuda de emergência para as operações de socorro na Albânia e na Ucrânia. Apoiámos o Plano de Acção do CPEA actualizado para 1998-2000, aprovado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros em reunião com os Parceiros na semana passada, que se baseia nas actividades de cooperação que já estão a se implementadas com êxito no quadro do CPEA e as desenvolve.

23. A Parceria para a Paz continua a ser o ponto de convergência dos nossos esforços para estabelecer com os Parceiros novas formas de cooperação prática numa vasta gama de questões militares e relacionadas com a defesa. Os Parceiros estão a desempenhar um papel crescente no planeamento e execução das actividades e exercícios da PfP e na continuação do desenvolvimento do Processo de Planeamento e Análise (PARP). A introdução da Directiva Ministerial do PARP e os primeiros Objectivos da Parceria desempenharão um papel importante no desenvolvimento duma PfP mais operacional. Os Elementos de Apoio da Parceria (PSE), que foram agora constituídos, oferecem novas oportunidades de cooperação militar com os Parceiros. A cooperação regional está a ganhar um novo dinamismo e apoiámos plenamente os esforços da Aliança e dos Parceiros para desenvolver um quadro político-militar para as operações da PfP dirigidas pela OTAN, que se pretende que esteja concluído, em paralelo com o Conceito Estratégico, a tempo da Cimeira de Washington. Com base na experiência da IFOR/SFOR, o potencial das unidades multinacionais e o princípio da multinacionalidade das unidades militares entre Parceiros, bem como entre Parceiros e Aliados, serão examinados com vista a um reforço das capacidades operacionais da PfP.

24. Constatámos o progresso das iniciativas para reforçar a formação e o treino na PfP. Estas iniciativas destinam-se a apoiar um nível mais alto de cooperação e a dar aos Parceiros um papel mais importante no desenvolvimento de atitudes de colaboração. O conceito dos centros de treino da PfP permitirá que os Aliados e os Parceiros dêem uma maior contribuição para a formação e treino relacionados com a PfP de todos os Parceiros e ajudará a promover a interoperacionalidade. Representa uma abordagem racionalizada que encoraja as iniciativas comuns e evita a duplicação de esforços. Outros casos promissórios que constatámos foram o início das actividades através do Consórcio PfP de Academias de Defesa e da Rede de Simulação da PfP. O Conselho em Sessão Permanente é encarregado de, com os Parceiros, reunir as iniciativas atrás referidas e outros trabalhos agora em curso por forma a constituir um conjunto coerente de medidas destinadas a reforçar as capacidades operacionais da PfP, para a Cimeira de Washington.

25. Os programas de ajuda OTAN/PfP estão a tornar-se rapidamente um meio importante utilizado pelos Aliados e os Parceiros para projectar estabilidade em áreas sensíveis, como os Balcãs, e para desenvolver laços mais estreitos entre os países da PfP. Como Ministros da Defesa, apoiámos firmemente a decisão da Aliança de desenvolver um programa substancial de ajuda à Albânia para 1999. A OTAN também está a ajudar a ex-República Jugoslava da Macedónia a desenvolver as suas forças armadas. Estes programas sublinham a constante determinação da OTAN em promover a estabilidade nos países vizinhos do Kosovo e são, ao mesmo tempo, um exemplo da contribuição que a PfP pode dar para a segurança e a estabilidade na área euro-atlântica.

26. Analisámos a implementação do Acto Fundador OTAN-Rússia. Na reunião de amanhã do Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia (CCP) a nível de Ministros da Defesa renovaremos o nosso apoio ao importante trabalho do Conselho com base nos princípios do interesse comum, da reciprocidade e da transparência. O CCP também tem sido um útil fórum para consultas sobre a crise no Kosovo e a missão em curso da SFOR em que a OTAN e a Rússia cooperam com êxito. Um plano de trabalho substancial para a cooperação sob os auspícios do CCP foi acordado no quadro do programa de trabalho do CCP para 1999. Aguardamos com expectativa a abertura da Missão de Ligação Militar da OTAN em Moscovo. Como Ministros da Defesa, continuamos empenhados no reforço da cooperação militar prática com a Rússia. Sempre que possível, utilizaremos os mecanismos de coo-

peração oferecidos pela PFP, que se mantêm essenciais para o reforço da cooperação prática, tais como toda a gama de operações de gestão de crises e de manutenção da paz, treino, seminários e visitas, o reforço do diálogo militar e as actividades relacionadas com a cooperação em matéria de armamentos.

27. A segunda reunião da Comissão OTAN-Ucrânia a nível de Ministros da Defesa, que terá lugar amanhã, abordará as propostas substanciais da Ucrânia para a continuação da implementação da Carta OTAN-Ucrânia. Confirmamos o nosso empenhamento em intensificar, no quadro da PFP, a cooperação militar prática com a Ucrânia, com base nas disposições político-militares da Carta, no plano de trabalho acordado para 1999 e na participação da Ucrânia na SFOR. O trabalho do Grupo de Trabalho Conjunto OTAN-Ucrânia sobre a Reforma da Defesa está a progredir rapidamente a vários níveis. A assinatura do Memorando de Entendimento entre a Ucrânia e a OTAN a respeito dos dois Oficiais de Ligação que a OTAN enviará para Kiev dará apoio prático à nossa parceria especial com a Ucrânia em áreas importantes como as relações entre civis e militares, o planeamento e gestão dos recursos da defesa e o aperfeiçoamento profissional dos oficiais e dos sargentos.

28. Atribuímos grande importância à estabilidade na área do Mediterrâneo, com base no princípio de que a segurança na Europa está estreitamente ligada à segurança e estabilidade nesta região. No quadro da abordagem cooperativa geral da segurança feita pela Aliança, continuamos a dar valor ao Diálogo Mediterrânico reforçado da OTAN. Depois de completado o primeiro programa de trabalho para 1998, regozijamo-nos com o facto de o programa de trabalho para 1999 incluir novamente um número substancial de actividades militares e de as Embaixadas Pontos de Contacto terem sido agora designadas. Como Ministros da Defesa, estamos empenhados em prosseguir a melhoria dos aspectos políticos e militares do Diálogo. Isto contribuirá para o estabelecimento de confiança e a compreensão mútua entre a OTAN e os países do Diálogo Mediterrânico. Como Ministros dos Negócios Estrangeiros, estamos preparados para considerar as possibilidades de reforçar a cooperação com os países participantes nos preparativos para a Cimeira de Washington.

29. A criação da Missão de Verificação do Kosovo abriu uma nova fase na cooperação entre a OTAN e a OSCE e demonstra a nossa capacidade para trabalhar em conjunto em situações de crise. Este fortalecimento das relações entre instituições que se reforçam mutuamente é importante para o papel das organizações de segurança na futura arquitectura de segurança europeia. Neste contexto, continuamos a apoiar os esforços da OSCE para elaborar um Documento-Carta sobre a Segurança Europeia, com base na decisão do Conselho Ministerial da OSCE de 2 e 3 de Dezembro de 1998.

30. A proliferação das armas nucleares, biológicas e químicas (NBC) e dos seus meios de lançamento continua a ser um assunto de grande preocupação para a Aliança. Neste contexto, o principal objectivo da Aliança e dos seus membros é evitar a proliferação ou, se ocorrer, revertê-la através de meios diplomáticos. Continuamos a atribuir a máxima importância à plena implementação e rigorosa verificação dos regimes internacionais de desarmamento e de não proliferação, que continuam a ser instrumentos essenciais neste domínio. Contudo, reconhecemos que a proliferação pode continuar a ocorrer apesar dos nossos esforços preventivos e pode constituir uma ameaça directa para as populações, território e forças dos Aliados. Portanto, é igualmente importante continuar a melhorar o dispositivo de defesa da Aliança contra as armas NBC proporcionando as capacidades necessárias às nossas forças e adaptando a nossa doutrina, planos, treino e exercícios por forma a terem em conta de forma mais completa os riscos que estas armas constituem. Estamos decididos a preparar as nossas forças para executarem com êxito toda a gama de missões de que poderão ser incumbidas apesar da ameaça de emprego, ou do emprego de facto, de armas químicas ou biológicas. Neste contexto, estamos também a explorar as possibilidades de troca de informações e de cooperação prática entre as autoridades civis e militares Aliadas. Com base no bem sucedido trabalho dos grupos da OTAN sobre a proliferação, estamos preparados para intensificar os esforços da OTAN para enfrentar a crescente ameaça da proliferação. Associamo-nos aos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Aliança encarregando o Conselho em Sessão Permanente de preparar para a Cimeira de Washington propostas para uma iniciativa destinada a assegurar que a Aliança disponha das capacidades políticas e militares necessárias para enfrentar adequada e eficazmente os desafios da proliferação das armas NBC e dos seus meios de lançamento.

31. Lembramos a importância que os nossos governos atribuem aos mecanismos de consulta da Aliança sobre ameaças de natureza mais geral,

incluindo as ligadas ao comércio ilegal de armas e a actos de terrorismo, que afectem os interesses de segurança da Aliança. O terrorismo constitui uma ameaça grave à paz, à segurança e à estabilidade e pode pôr em risco a integridade territorial dos Estados. Assim, reiteramos a nossa condenação do terrorismo. Reafirmamos a determinação dos nossos Governos em combatê-lo sob todas as suas formas, em conformidade com os nossos compromissos internacionais e a nossa legislação nacional. Uma estreita cooperação internacional é um meio essencial para evitar e eliminar este flagelo.

32. Continuamos a considerar o Tratado CFE como uma pedra angular da segurança europeia tanto actualmente como no futuro. O nosso objectivo geral é o reforço da segurança, da estabilidade e da previsibilidade não só de cada uma das Partes do CFE mas também da Europa como um todo. Estamos empenhados numa adaptação bem sucedida do Tratado e desempenharemos plenamente o nosso papel para conseguir concluí-la até à Cimeira da OSCE de Istambul. Com este fim, apoiaremos os esforços visando a resolução das principais questões pendentes e o início do trabalho de redacção nos primeiros meses do próximo ano. A este respeito, reafirmamos as propostas apresentadas pela Aliança em Viena e associamo-nos à declaração sobre as limitações e a flexibilidade do CFE publicada em 8 de Dezembro pelos nossos Ministros dos Estrangeiros e pelos da República Checa, da Hungria e da Polónia. Consideramos que é vital, até à entrada em vigor do Tratado adaptado, aplicar estritamente o actual Tratado e os seus documentos associados.

33. Continuamos a atribuir grande importância à necessidade duma cooperação eficaz em matéria de armamentos no seio da OTAN e, neste contexto, constatámos que os nossos Directores Nacionais dos Armamentos estão actualmente a proceder a uma análise completa do papel futuro da OTAN no domínio dos armamentos. Aguardamos com expectativa o seu relatório sobre as formas de melhorar o processo dos armamentos. Também constatámos os progressos feitos no programa de Vigilância Terrestre da Aliança para obter um sistema geral composto por uma capacidade central pertencente à OTAN e por ela operada, completada por meios nacionais interoperáveis. Aproveitámos a oportunidade para reafirmar a necessidade duma tal capacidade para apoiar a tomada de decisões políticas e militares, particularmente na gestão de crises.

34. Foram tomadas medidas importantes pelo Comité de Defesa Aérea da OTAN, que foram aprovadas pelo Conselho, para adaptar o seu planeamento por forma a ter plenamente em conta os novos requisitos da defesa aérea embora continuando a assegurar a manutenção das capacidades existentes. Em particular, o acordo sobre uma política para a adaptação futura do Sistema Integrado de Defesa Aérea da OTAN permitirá uma contribuição eficaz da defesa aérea alargada para a defesa colectiva e as operações de apoio da paz no quadro duma Aliança alargada e promoverá uma maior flexibilidade da defesa aérea e um nível reforçado de integração com as forças navais. O Programa de Defesa Aérea a longo prazo da Aliança está a ser revisto para ter em conta as possíveis ameaças aéreas futuras.

35. Em relação ao problema informático da passagem para o ano 2000, estamos a tomar medidas enérgicas para garantir a continuação da eficácia dos processos de consultas políticas, da gestão de crises e do comando e controlo militar da OTAN. Apoiamos firmemente os ensaios e a verificação da compatibilidade com o ano 2000 e a formulação de planos para os sistemas que não possam ser compatibilizados a tempo.

36. A integração na Aliança dos três Estados convidados, as operações da OTAN na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo, a nova estrutura de comando da OTAN e outras iniciativas tomadas pela OTAN sublinham que os programas militares de financiamento comum não viram a sua importância reduzida. São manifestações evidentes da cooperação e coesão entre os Aliados. Os projectos conjuntos e o financiamento comum também poderão representar um valor e uma importância acrescidos no contexto de qualquer iniciativa da Cimeira sobre as capacidades de defesa. Continuamos decididos a assegurar que sejam disponibilizados recursos suficientes para manter a capacidade da Aliança de executar toda a gama das suas missões. Regozijamo-nos com as novas medidas tomadas para dar maior transparência ao processo orçamental e para permitir ao Conselho uma supervisão mais alargada e mais estratégica das despesas militares de financiamento comum da OTAN.



DESPESAS DA DEFESA DOS PAÍSES DA OTAN (1975 – 1998)

Os valores indicados no quadro 1 representam pagamentos realmente efectuados ou a efectuar no decorrer do ano fiscal. São baseados na definição OTAN de despesas da defesa. Devido às diferenças entre esta e as definições nacionais, os valores podem divergir consideravelmente dos apresentados pelas autoridades nacionais ou dos que constam nos orçamentos nacionais. Em relação aos países que prestam ajuda militar, esta é incluída nos valores das despesas. Em relação aos países que recebem ajuda, esta não é incluída. As despesas com a investigação e o desenvolvimento são incluídas nas despesas de equipamento e as pensões pagas aos aposentados nas despesas com o pessoal.

A França é membro da Aliança sem pertencer à estrutura militar integrada e não participa no planeamento colectivo das forças. Os dados da defesa relativos à França são apenas indicativos.

A Islândia não tem forças armadas.

GUIA DE LEITURA

Para evitar qualquer ambiguidade, o ano fiscal é indicado pelo ano que abrange maior número de meses: por ex., 1996 representa o ano fiscal 1996/1997 para o Canadá e Reino Unido e o ano fiscal 1995/1996 para os EUA. Devido aos arredondamentos, os totais podem não coincidir com a soma das parcelas.

Sinais convencionais: e estimado - nulo .. não disponível . ponto decimal

Quadro 1 : Despesas da defesa dos países da OTAN

País/ Unidade monetária (milhões)	1975	1980	1985	1990	1994	1995	1996	1997	1998e	1975	1980	1985	1990	1994	1995	1996	1997	1998e
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
<i>Preços e taxas de câmbio correntes</i>										<i>Preços e taxas de câmbio de 1990</i>								
Bélgica BEF	70899	115754	144183	155205	131955	131156	131334	131859	134146	132418	158789	157465	155205	118843	115966	114228	113056	113485
Dinamarca DKK	5355	9117	13344	16399	17293	17468	17896	18521	19133	14095	15622	15759	16399	15722	15524	15562	15728	15852
França FRF	55872	110514	186715	231911	246469	238432	237375	242357	239578	171903	203840	222318	231911	223907	213135	209266	211233	206174
Alemanha DEM	37589	48518	58650	68376	58957	58986	58671	57602	58142	60568	64021	66139	68376	50474	49461	48708	47519	47385
Grécia GRD	45936	96975	321981	612344	1052760	1171377	1343276	1510684	1724621	510756	524576	689616	612344	601159	609021	646009	679886	740611
Itália 1000 ITL	3104	7643	17767	28007	32835	31561	36170	38701	40089	22048	23289	26608	28007	27365	24702	24881	24616	24622
Luxemburgo LUF	836	1534	2265	3233	4214	4194	4380	4797	5149	1645	2232	2488	3233	3707	3630	3758	4025	4273
Holanda NLG	7119	10476	12901	13513	12990	12864	13199	13345	13425	10996	11769	13037	13513	11870	11469	11650	11560	11301
Noruega NOK	4771	8242	15446	21251	24019	22224	22813	23010	24114	14153	16135	19712	21251	21794	19809	20014	19987	20475
Portugal PTE	19898	43440	111375	267299	360811	403478	401165	418585	428752	259215	217934	208150	267299	259467	276122	266841	271266	270456
Espanha ESP	..	350423	674883	922808	994689	1078805	1091432	1123045	1108299	..	862395	963141	922808	800862	828610	813038	818091	786831
Turquia 1000 TUL	33	203	1235	13866	156724	302864	611521	1183327	2165278	6801	8567	9336	13866	15173	15344	16402	17263	18107
Reino Unido GBP	5571	11593	18301	22287	22490	21439	22330	21556	22242	21848	22092	24576	22287	18554	17060	17138	16060	16104
OTAN Europa USD	..	111981	92218	186189	172070	184352	186821	172856	174052	..	168707	184108	186189	163652	156016	155640	153700	153142
Canadá CAD	3360	5788	10332	13473	13008	12457	11511	10801	10044	8469	9377	12530	13473	12272	11578	10564	9861	9066
Estados Unidos USD	88400	138191	258165	306170	288059	278856	271417	276324	269763	213125	224685	301661	306170	253174	240529	229094	227926	217789
América do Norte USD	91704	143141	265731	317717	297585	287933	279860	284125	276848	220383	232722	312400	317717	263691	250452	238148	236377	225559
Total OTAN USD	..	255122	357949	503906	469655	472285	466681	456981	450899	..	401429	496509	503906	427344	406468	393787	390077	378700

Quadro 2 : Variação anual (%) do produto interno bruto e das despesas da defesa (a preços constantes)

País	Média 1975-1979	Média 1980-1984	Média 1985-1989	Média 1990-1994	1994	1995	1996	1997	1998e	Média 1975-1979	Média 1980-1984	Média 1985-1989	Média 1990-1994	1994	1995	1996	1997	1998e
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
<i>Produto interno bruto</i>										<i>Despesas da defesa</i>								
Bélgica	3.1	0.2	2.6	1.0	2.4	2.1	1.5	2.7	2.7	4.4	0.1	1.4	-7.3	-0.6	-2.4	-1.5	-1.0	0.4
Canadá	4.8	1.7	3.8	0.4	4.1	2.3	1.5	3.8	3.3	2.0	6.4	2.1	-3.0	-2.9	-5.7	-8.8	-6.7	-8.1
Dinamarca	3.7	1.5	1.8	1.6	3.5	3.1	3.5	3.4	2.5	2.6	0.2	1.0	-0.5	-2.7	-1.3	0.2	1.1	0.8
França	3.6	1.5	2.9	0.6	2.6	2.0	1.3	2.2	3.1	4.0	3.1	1.1	-0.9	0.4	-4.8	-1.8	0.9	-2.4
Alemanha	4.0	0.4	2.5	5.7	2.7	1.8	1.4	2.2	2.8	0.5	1.2	-0.4	-7.3	-6.4	-2.0	-1.5	-2.4	-0.3
Grécia	5.3	0.5	1.8	1.3	2.0	2.1	2.7	3.5	3.5	4.6	8.0	-3.9	-1.1	1.4	1.3	6.1	5.2	8.9
Itália	4.8	0.8	3.1	0.6	2.2	2.9	0.7	1.2	2.0	-0.2	2.4	3.1	-0.5	-2.1	-9.7	0.7	-1.1	-
Luxemburgo	2.5	1.3	6.9	6.0	4.2	3.8	3.0	3.7	3.4	3.9	3.8	7.5	4.1	9.6	-2.1	3.5	7.1	6.2
Holanda	3.4	0.1	2.5	2.0	3.2	2.3	3.3	3.3	3.7	2.3	2.7	2.0	-2.9	-2.2	-3.4	1.6	-0.8	-2.2
Noruega	5.1	1.7	2.1	3.3	5.5	3.6	5.3	3.5	2.7	2.4	2.6	1.6	0.3	4.4	-9.1	1.0	-0.1	2.4
Portugal	5.5	1.1	5.1	1.6	0.7	1.9	3.0	3.5	3.8	-9.5	0.1	5.1	0.3	-3.3	6.4	-3.4	1.7	-0.3
Espanha	2.5	1.0	4.4	1.1	2.2	2.8	2.2	3.4	3.7	..	1.9	0.5	-3.5	-9.3	3.5	-1.9	0.6	-3.8
Turquia	5.3	4.7	6.0	3.2	-5.5	7.2	7.0	7.2	3.1	7.6	1.0	6.5	3.4	-5.0	1.1	6.9	5.3	4.9
Reino Unido	2.5	0.9	4.4	-0.1	4.3	2.8	2.3	3.3	1.7	-1.4	2.6	-3.1	-4.2	-3.9	-8.1	0.5	-6.3	0.3
Estados Unidos	4.5	1.3	3.1	1.3	3.7	2.4	2.8	3.8	2.7	-0.8	6.0	2.0	-5.3	-5.5	-5.0	-4.8	-0.5	-4.4

Quadro 3 : Despesas da defesa em % do produto interno bruto

País	Média 1975-1979	Média 1980-1984	Média 1985-1989	Média 1990-1994	1994	1995	1996	1997	1998e	Média 1975-1979	Média 1980-1984	Média 1985-1989	Média 1990-1994	1994	1995	1996	1997	1998e
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
<i>Com base em preços correntes</i>										<i>Com base em preços constantes</i>								
Bélgica	3.2	3.3	2.8	2.0	1.7	1.6	1.6	1.5	1.5	2.9	2.9	2.7	2.0	1.7	1.7	1.6	1.6	1.5
Dinamarca	2.4	2.4	2.0	1.9	1.8	1.7	1.7	1.7	1.6	2.4	2.2	2.0	1.9	1.8	1.7	1.6	1.6	1.6
França	3.8	4.1	3.8	3.5	3.3	3.1	3.0	3.0	2.8	3.8	4.1	3.8	3.5	3.3	3.1	3.0	3.0	2.8
Alemanha	3.4	3.4	3.0	2.2	1.8	1.7	1.7	1.6	1.5	3.4	3.4	3.0	2.2	1.8	1.7	1.7	1.6	1.5
Grécia	5.6	5.4	5.1	4.4	4.4	4.4	4.5	4.6	4.8	5.6	5.4	5.1	4.4	4.4	4.4	4.5	4.6	4.8
Itália	2.1	2.1	2.3	2.1	2.0	1.8	1.9	2.0	2.0	2.4	2.3	2.3	2.1	2.0	1.8	1.8	1.7	1.7
Luxemburgo	0.9	1.1	1.0	0.9	0.9	0.8	0.8	0.9	0.9	0.8	1.0	1.0	0.9	0.9	0.8	0.8	0.8	0.9
Holanda	3.1	3.1	2.9	2.4	2.1	2.0	2.0	1.9	1.8	2.9	3.0	2.9	2.4	2.1	2.0	2.0	1.9	1.8
Noruega	2.8	2.7	2.9	2.8	2.8	2.4	2.2	2.1	2.1	3.0	2.9	2.9	2.8	2.6	2.3	2.2	2.1	2.1
Portugal	3.4	3.0	2.8	2.7	2.6	2.7	2.5	2.5	2.4	3.4	3.0	2.8	2.7	2.6	2.7	2.5	2.5	2.4
Espanha	..	2.3	2.2	1.7	1.5	1.5	1.5	1.4	1.3	..	2.3	2.2	1.7	1.5	1.5	1.5	1.4	1.3
Turquia	4.4	4.0	3.3	3.8	4.1	3.9	4.1	4.1	4.4	3.4	3.4	3.1	3.5	3.5	3.3	3.3	3.3	3.3
Reino Unido	4.9	5.2	4.5	3.8	3.4	3.1	3.0	2.8	2.7	5.2	5.4	4.5	3.7	3.3	2.9	2.9	2.6	2.6
OTAN Europa	..	3.6	3.2	2.7	2.4	2.3	2.3	2.2	2.2	..	3.5	3.2	2.7	2.4	2.2	2.2	2.1	2.1
Canadá	1.9	2.1	2.1	1.9	1.8	1.6	1.5	1.3	1.2	2.0	2.1	2.1	1.9	1.8	1.6	1.5	1.3	1.2
Estados Unidos	5.0	5.7	6.2	4.9	4.3	4.0	3.7	3.5	3.3	5.2	5.7	6.1	4.8	4.2	3.9	3.6	3.5	3.2
América do Norte	4.7	5.4	5.9	4.6	4.1	3.8	3.5	3.4	3.2	4.9	5.4	5.7	4.6	4.0	3.7	3.4	3.3	3.0
Total OTAN	..	4.6	4.7	3.6	3.3	3.0	2.9	2.8	2.7	..	4.4	4.5	3.6	3.2	3.0	2.8	2.7	2.6

**Quadro 4 : Produto interno bruto e despesas da defesa per capita em USD
(preços e taxas de câmbio de 1990)**

País	1975	1980	1985	1990	1994	1995	1996	1997e	1998e	1975	1980	1985	1990	1994	1995	1996	1997e	1998e
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
<i>Produto interno bruto</i>										<i>Despesas da defesa</i>								
Bélgica	14295	16537	17086	19677	20156	20532	20789	21292	21802	405	483	477	466	352	342	337	332	332
Dinamarca	18745	21406	24429	25944	27597	28334	29135	30025	30677	450	493	498	516	488	480	478	481	484
França	15738	17655	18590	21070	21293	21636	21830	22198	22771	599	695	739	751	710	673	658	661	642
Alemanha	16559	19527	20853	23746	21659	21986	22225	22597	23117	606	644	671	669	384	375	368	357	355
Grécia	6311	7332	7606	8160	8287	8419	8603	8860	9125	356	343	438	380	364	367	387	405	439
Itália	12725	15545	16676	19281	19643	20193	20265	20475	20851	332	344	392	412	399	360	361	357	356
Luxemburgo	16662	18383	20639	27083	32166	32896	33248	34057	34734	137	184	203	253	275	265	269	285	298
Holanda	14692	16157	16802	18979	20016	20364	20982	21543	22170	442	457	494	496	424	407	413	407	395
Noruega	17954	22296	25590	27223	30722	31658	33243	34218	34967	564	631	758	800	803	726	732	727	741
Portugal	4340	5183	5285	6818	7175	7298	7503	7749	8031	200	157	146	189	184	195	188	191	190
Espanha	9366	9774	10292	12663	13072	13412	13692	14128	14617	..	226	246	233	201	207	203	204	196
Turquia	2016	2041	2286	2681	2718	2863	3012	3173	3214	65	74	71	95	96	95	100	104	107
Reino Unido	12237	13356	14617	16955	17348	17761	18118	18651	18919	690	697	770	688	564	517	518	484	484
OTAN Europa	12108	13665	14411	16406	16497	16819	17042	17379	17742	..	464	494	484	398	378	375	368	365
Canadá	15189	17376	19006	20440	20454	20673	20729	21245	21667	313	327	414	415	359	335	302	278	253
Estados Unidos	17000	18858	20321	22224	23034	23357	23785	24435	24855	987	987	1265	1225	971	914	863	850	804
América do Norte	16824	18714	20192	22046	22773	23085	23476	24111	24530	921	922	1182	1144	909	855	806	792	748
Total OTAN	14013	15734	16810	18772	19094	19419	19718	20186	20580	..	652	779	761	610	576	554	545	525

Quadro 5 : Distribuição das despesas totais da defesa por categoria

País	Média 1975-1979	Média 1980-1984	Média 1985-1989	Média 1990-1994	1994	1995	1996	1997	1998e	Média 1975-1979	Média 1980-1984	Média 1985-1989	Média 1990-1994	1994	1995	1996	1997	1998e
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
% afectada às despesas com o pessoal										% afectada às despesas com o equipamento								
Bélgica	62.9	61.8	63.4	68.3	69.3	71.1	69.0	69.3	68.0	11.7	13.8	12.1	7.8	7.8	5.4	5.3	6.2	5.4
Canadá	60.8	50.7	46.2	49.7	51.4	47.8	45.9	42.5	52.2	9.0	17.8	19.7	18.1	17.4	18.5	15.6	12.9	13.6
Dinamarca	58.0	54.6	56.6	57.5	58.7	60.5	59.7	58.8	58.8	18.4	16.9	14.0	15.8	15.9	12.5	12.5	13.7	14.6
Alemanha	49.8	46.6	48.9	57.4	60.8	61.6	62.1	62.7	61.4	16.8	20.0	19.6	13.5	10.9	11.4	11.1	10.8	12.6
Grécia	57.6	54.6	60.5	63.0	63.0	63.3	61.2	62.2	60.4	19.3	17.4	18.2	22.8	24.4	19.8	21.1	19.4	20.6
Itália	61.9	59.1	57.8	63.6	65.6	67.4	69.2	75.4	72.9	14.7	17.4	19.7	16.3	15.5	15.0	14.3	11.3	12.7
Luxemburgo	85.5	77.5	76.9	76.2	78.2	80.9	82.5	78.8	76.8	1.9	1.8	3.5	3.4	2.1	2.4	4.1	3.5	5.0
Holanda	61.2	55.3	52.8	56.9	58.3	60.0	55.8	56.0	50.4	18.0	20.5	19.8	15.6	16.8	15.6	18.7	15.7	18.0
Noruega	52.9	48.8	43.9	40.6	34.9	37.3	37.5	38.5	39.3	16.0	19.4	21.7	24.9	28.5	25.4	25.2	24.6	25.4
Portugal	68.8	66.6	67.7	77.3	78.7	77.8	80.7	80.0	79.8	2.2	5.5	7.6	5.7	4.2	5.9	6.3	8.2	8.0
Espanha	64.9	66.2	65.7	67.3	66.1	69.0	12.4	12.2	13.6	13.4	13.6	12.1
Turquia	47.6	45.3	37.1	50.1	51.0	50.9	46.2	48.4	45.7	19.2	9.1	18.2	23.7	29.3	29.7	30.8	27.0	29.2
Reino Unido	44.6	37.4	38.6	42.2	41.4	41.8	40.3	39.4	37.9	21.6	26.2	24.8	21.0	24.9	22.0	23.9	24.9	27.9
Estados Unidos	42.0	41.9	37.0	39.3	39.0	39.8	38.8	39.1	39.9	17.6	21.9	25.6	25.1	29.2	27.7	26.9	26.0	24.8
% afectada às despesas com as infra-estruturas										% afectada a outras despesas								
Bélgica	6.5	5.5	4.0	3.4	2.6	3.9	4.5	4.0	4.3	18.8	18.8	20.4	20.4	20.3	19.6	21.2	20.4	22.3
Canadá	2.5	2.3	2.8	3.2	2.5	2.4	4.1	3.4	1.6	27.3	29.0	31.2	29.0	28.7	31.4	34.4	41.2	32.6
Dinamarca	2.4	2.8	3.4	3.2	2.7	2.6	2.4	2.1	2.0	21.0	25.7	25.8	23.3	22.8	24.4	25.4	25.4	24.6
Alemanha	6.3	5.4	5.9	4.9	4.7	4.6	5.0	4.8	4.9	27.0	27.9	25.5	23.9	23.6	22.3	21.8	21.7	21.1
Grécia	5.3	2.8	2.2	1.7	0.6	1.9	1.5	2.1	2.1	17.0	24.9	18.4	12.2	12.0	14.9	16.2	16.2	16.8
Itália	1.8	2.3	2.6	2.4	1.9	1.1	0.8	0.8	0.8	21.5	21.0	19.8	17.7	17.0	16.6	15.6	12.5	13.6
Luxemburgo	3.2	10.3	7.3	10.4	9.4	5.5	1.7	4.7	5.3	9.1	10.2	11.9	9.4	10.3	11.2	11.7	13.1	12.9
Holanda	3.2	3.7	5.2	5.2	4.1	3.1	4.4	4.5	4.7	17.3	20.3	22.0	22.1	20.9	21.4	21.2	23.8	26.9
Noruega	4.3	5.0	8.2	9.2	8.8	6.7	6.9	5.9	6.0	26.6	26.7	26.0	24.8	27.8	30.6	30.4	31.0	29.4
Portugal	3.4	5.9	3.7	2.3	0.7	1.6	1.3	1.2	0.7	25.1	21.9	19.8	13.8	16.4	14.7	11.8	10.7	11.6
Espanha	1.2	0.9	0.7	0.7	0.7	0.8	21.2	20.7	20.0	18.6	19.6	18.1
Turquia	7.3	13.2	5.4	3.0	2.6	2.5	3.0	4.2	3.2	23.7	30.1	38.4	22.5	17.1	16.9	19.9	20.4	21.9
Reino Unido	1.7	2.7	3.9	5.2	8.8	5.5	5.8	5.2	5.1	31.9	33.5	32.5	30.5	25.0	30.6	30.1	30.6	29.1
Estados Unidos	1.9	1.6	1.8	1.5	1.7	2.4	2.5	2.2	2.1	36.8	34.5	35.5	33.6	30.1	30.0	31.9	32.7	33.3

Quadro 6 : Forças armadas (effectivos anuais médios)

País	1975	1980	1985	1990	1994	1995	1996	1997	1998e	1975	1980	1985	1990	1994	1995	1996	1997	1998e
(0)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Militares (milhares)										Pessoal militar e civil em % da população activa								
Bélgica	103	108	107	106	53	47	46	45	43	2.8	2.9	2.8	2.7	1.4	1.2	1.2	1.1	1.1
Dinamarca	34	33	29	31	28	27	28	25	25	1.8	1.7	1.4	1.4	1.3	1.3	1.3	1.2	1.2
França	585	575	563	550	506	504	501	475	449	3.2	3.0	2.9	2.7	2.4	2.4	2.3	2.2	2.1
Alemanha	491	490	495	545	362	352	339	335	333	2.5	2.4	2.3	2.6	1.4	1.3	1.3	1.2	1.2
Grécia	185	186	201	201	206	213	212	206	202	6.5	6.1	6.1	5.7	5.5	5.6	5.5	5.4	5.3
Itália	459	474	504	493	436	435	431	419	402	2.5	2.4	2.5	2.4	2.1	2.1	2.1	2.0	2.0
Luxemburgo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0.8	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9
Holanda	107	107	103	104	77	67	64	57	57	2.7	2.5	2.4	2.1	1.5	1.4	1.3	1.1	1.1
Noruega	38	40	36	51	33	38	38	33	33	2.8	2.6	2.3	2.9	2.0	2.3	2.2	1.9	1.9
Portugal	104	88	102	87	122	78	73	72	75	2.8	2.3	2.6	2.2	3.0	1.9	1.8	1.8	1.8
Espanha	..	356	314	263	213	210	203	197	189	..	3.0	2.5	2.0	1.6	1.6	1.6	1.5	1.4
Turquia	584	717	814	769	811	805	818	828	833	3.8	4.5	4.8	4.1	4.1	3.9	3.9	4.0	3.9
Reino Unido	348	330	334	308	257	233	221	218	216	2.5	2.2	1.9	1.7	1.4	1.3	1.2	1.2	1.2
OTAN Europa	..	3504	3603	3510	3103	3010	2976	2912	2858	..	2.8	2.8	2.6	2.1	2.0	2.0	2.0	1.9
Canadá	78	82	83	87	75	70	66	61	61	1.2	1.0	0.9	0.9	0.7	0.6	0.6	0.5	0.5
Estados Unidos	2146	2050	2244	2181	1715	1620	1575	1539	1518	3.4	2.8	2.9	2.6	2.0	1.9	1.8	1.7	1.7
América do Norte	2224	2132	2327	2268	1790	1690	1641	1600	1579	3.2	2.7	2.7	2.4	1.9	1.7	1.7	1.6	1.5
Total OTAN	..	5636	5930	5778	4893	4700	4617	4512	4437	..	2.8	2.7	2.5	2.0	1.9	1.9	1.8	1.7



Nº 1 (Primavera 1998)

A caminho dum OTAN de 19 países em 1999 Javier Solana	3
A segurança no Sueste da Europa e a política búlgara de integração na OTAN Nadezhda Mihailova	6
A nova estrutura de comando militar da OTAN General Klaus Naumann	10
Não somos adversários, somos parceiros Marshal Igor Sergeyev	15
A UEO comemora o 50º aniversário do Tratado de Bruxelas José Cutileiro	18
Construir uma paz duradoura na Bósnia-Herzegovina General Wesley Clark	19
Cooperação civil-militar: essencial para a implementação da paz na Bósnia Coronel William R. Phillips	22
A Associação do Tratado do Atlântico: renascimento e desafio Theodossis Georgiou	26
Aumentar o nível da parceria na comunidade de Apoio da Defesa da OTAN Norman Ray	27
O futuro da iniciativa mediterrânica da OTAN Nicola de Santis	32
Documentação (suplemento especial)	
Conselho do Atlântico Norte, Comunicado Final, 16 Dezembro 1997	1
Plano de Acção do Conselho de Parceria Euro-Atlântico para 1998-2000	6
Conselho do Atlântico Norte em sessão dos Ministros da Defesa, Comunicado Final, 2 Dezembro 1997	10
Despesas da defesa dos países da OTAN (1975-1997)	14

Nº 2 (Verão 1998)

A OTAN e a UEO: o sonho torna-se realidade Carta do Secretário-Geral	3
O desafio da UEO Apostolos Tsohatzopoulos	4
A Identidade de Segurança e Defesa Europeia no seio da OTAN Lluís Maria de Puig	6
Manter a vitalidade da Aliança General Nicholas Kehoe	10
Revisão da estratégia política da OTAN Rob de Wijk	14
O próximo conceito estratégico da OTAN Jan Petersen	18
Albânia: Um estudo de caso da implementação prática da Parceria para a Paz George Katsirdakis	22
A SFOR continua Greg Schulte	27
As Actividades de Cooperação em Matéria de Segurança da OTAN com a Bósnia-Herzegovina David Lightburn	31

Nº 3 (Outono 1998)

Um ano de sólidas realizações nas parcerias da OTAN Carta do Secretário-Geral	3
Um ano depois de Sintra: conseguir a segurança cooperativa através do CPEA e da PFP Embaixador Sergio Balanzino	4
A contribuição da Ucrânia para a segurança e a estabilidade na Europa Volodymyr Horbulin	9
A cooperação Ucrânia-OTAN no planeamento civil de emergência Valentin Kalchenko	13
O relacionamento OTAN-Rússia um ano depois de Paris Embaixador Klaus-Peter Klaiber	16
Apanhar o comboio em andamento da OTAN Embaixador András Simonyi	20
Uma capacidade euro-atlântica de reacção a catástrofes Francesco Palmeri	24
As actividades de gestão de crises da PFP: reforçar as capacidades e a cooperação John Kriendler	28
O planeamento de forças na nova OTAN Frank Boland	32
Documentação (suplemento de documentação)	
Ministros dos Estrangeiros reúnem-se no Luxemburgo, 28-29 Maio 1998	2
Ministros da Defesa reúnem-se em Bruxelas, 11-12 Junho 1998	9
Outras Declarações do Conselho	16

Nº 4 (Inverno 1998)

Um apoio firme para os aliados e os parceiros Carta do Secretário-Geral	3
A segurança do Báltico é a segurança europeia Algirdas Saudargas	4
O braço parlamentar da OTAN ajuda a promover os objectivos da Aliança Simon Lunn	8
De Madrid para Washington – a Eslovénia à procura da adesão Ernest Petrič	13
A implementação do conceito das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais General Mario da Silva	16
Um novo olhar sobre o papel da OTAN na segurança europeia Michael Rühle	20
Reforço da cooperação no Mediterrâneo: a contribuição da OTAN Alberto Bin	24
Preparar dirigentes para o século XXI – Uma visão do Centro Marshall de Estudos de Segurança Robert Kennedy	28
O Grupo de Treino da OTAN – Reforçar as capacidades da Aliança Tenente-Coronel Rainer Scholl	32

ÍNDICE POR AUTOR



ÍNDICE 1998

	N.º	Pág.
BALANZINO, Sergio: Um ano depois de Sintra: conseguir a segurança cooperativa através do CPEA e da PFP	3	4
BIN, Alberto: Reforço da cooperação no Mediterrâneo: a contribuição da OTAN	4	24
BOLAND, Frank: O planeamento de forças na nova OTAN	3	32
CLARK, General Wesley: Construir uma paz duradoura na Bósnia-Herzegovina	1	19
CUTILEIRO, José: A UEU comemora o 50.º aniversário do Tratado de Bruxelas	1	18
DE PUIG, Lluís Maria: A Identidade de Segurança e Defesa Europeia no seio da OTAN	2	6
DE SANTIS, Nicola: O futuro da iniciativa mediterrânica da OTAN	1	32
DE WIJK, Rob: Revisão da estratégia política da OTAN	2	14
GEORGIOU, Theodossis: A Associação do Tratado do Atlântico: renascimento e desafio	1	26
HORBULIN, Volodymyr: A contribuição da Ucrânia para a segurança e a estabilidade na Europa	3	9
KALCHENKO, Valentin: A cooperação Ucrânia-OTAN no planeamento civil de emergência	3	13
KATSIRDAKIS, George: Albânia: Um estudo de caso da implementação prática da Parceria para a Paz	2	22
KEHOE, General Nicholas: Manter a vitalidade da Aliança	2	10
KENNEDY, Robert: Preparar dirigentes para o século XXI – Uma visão do Centro Marshall de Estudos de Segurança	4	28
KLAIBER, Klaus-Peter: O relacionamento OTAN-Rússia um ano depois de Paris	3	16
KRIENDLER, John: As actividades de gestão de crises da PFP: reforçar as capacidades e a cooperação	3	28
LIGHTBURN, David: As Actividades de Cooperação em Matéria de Segurança da OTAN com a Bósnia-Herzegovina	2	31

	N.º	Pág.
LUNN, Simon: O braço parlamentar da OTAN ajuda a promover os objectivos da Aliança	4	8
MIHAILOVA, Nadezhda: A segurança no Sueste da Europa e a política búlgara de integração na OTAN	1	6
NAUMANN, General Klaus: A nova estrutura de comando militar da OTAN	1	10
PALMERI, Francesco: Uma capacidade euro-atlântica de reacção a catástrofes	3	24
PETERSEN, Jan: O próximo conceito estratégico da OTAN	2	18
PETRIČ, Ernest: De Madrid para Washington – a Eslovénia à procura da adesão	4	13
PHILLIPS, Coronel William R.: Cooperação civil-militar: essencial para a implementação da paz na Bósnia	1	22
RAY, Norman: Aumentar o nível da parceria na comunidade de Apoio da Defesa da OTAN	1	27
RÜHLE, Michael: Um novo olhar sobre o papel da OTAN na segurança europeia	4	20
SAUDARGAS, Algirdas: A segurança do Báltico é a segurança europeia	4	4
SCHOLL, Ten.-cor. Rainer: O Grupo de Treino da OTAN – Reforçar as capacidades da Aliança	4	32
SCHULTE, Greg: A SFOR continua	2	27
SERGEYEV, Marechal Igor: Não somos adversários, somos parceiros	1	15
SILVA, General Mário da: A implementação do conceito das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais	4	16
SIMONYI, András: Apanhar o comboio em andamento da OTAN	3	20
SOLANA, Javier: A caminho duma OTAN de 19 países em 1999	1	3
TSOHATZOPOULOS, Apostolos: O desafio da UEU	2	4



organização do tratado do atlântico norte



*alemanha
bélgica
canadá
dinamarca
espanha
estados unidos
frança
grécia
holanda
islândia
itália
luxemburgo
noruega
portugal
reino unido
turquia*